

***ANTÓNIO PEDRO MARTINS DA COSTA***

**O Património Edificado no Meio Rural em Santa  
Catarina de Santiago:  
*Uma Herança a Preservar***

***TRABALHO CIENTÍFICO APRESENTADO AO I.S.E PARA OBTENÇÃO DO  
GRAU DE LICENCIATURA EM ENSINO DE HISTÓRIA SOB A ORIENTAÇÃO  
DO MESTRE LOURENÇO GOMES.***

## **INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**

### **DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA**

Trabalho Científica apresentado ao ISE para obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de História.

Elaborado por *António Pedro Martins da Costa*, aprovado pelos membros do júri, foi homologado pelo Conselho Científico – Pedagógico, como requisito parcial à obtenção do grau em Licenciatura em Ensino de História.

O júri

---

---

---

Praia, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

*António Pedro Costa*

Aos meus pais:

***Pedro Costa & Maria de Fátima Martins***

## **AGRADECIMENTOS**

Ao incansável e sempre disponível, meu professor e orientador Mestre Lourenço Gomes.

Às minhas irmãs e irmãos e aos meus cunhados, pela força.

Ao engenheiro Nuno, pela disponibilidade incondicional apresentado.

Aos colegas Manuel do Rosário e Cármen Miranda pelos cinco anos de muita luta conjunta e pelo apoio disponibilizado.

A todos que de uma forma ou de outra deram o seu contributo para a realização deste projecto.

***“O consenso em torno da defesa do nosso património, apesar de constantemente verbalizado, continua a ser meta de difícil alcance entre nós. Na verdade, se as palavras apelam para a consciência, só as acções (que escasseiam ou tardam) podem eficazmente salvar esses valores culturais. A deterioração e as pilhagens continuam a ser mais eficazes que as intervenções...”***

*Filho, João Lopes.*

*Defesa do Património Sócio-Cultural de Cabo Verde. Lisboa.1985.pp.18.*

## ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA .....	Erro! Marcador não definido.
AGRADECIMENTOS.....	Erro! Marcador não definido.
INTRODUÇÃO .....	Erro! Marcador não definido.
CAPÍTULO I .....	Erro! Marcador não definido.
CAPÍTULO II.....	Erro! Marcador não definido.
CAPITULO III .....	Erro! Marcador não definido.
CONCLUSÃO.....	Erro! Marcador não definido.
BIBLIOGRAFIAS .....	Erro! Marcador não definido.
ANEXOS.....	Erro! Marcador não definido.
ÍNDICE DE FIGURAS.....	I

## ÍNDICE DE FIGURAS

INTRODUÇÃO .....	8
CAPÍTULO I .....	12
CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	12
1 - Quadro teórico de análise das questões ligado ao património rural .....	12
2 - Espaços rurais: Formação e Vicissitudes .....	14
2.1 - Espaços Rurais da Ilha de Santiago: Formação e Transformação Recentes ..	16
CAPÍTULO II.....	20
EXEMPLARES DO PATRIMÓNIO RURAL DO CONCELHO DE SANTA CATARINA .....	20
1. EDIFICAÇÕES RELIGIOSAS .....	20
1.1-A Igreja Católica de “Nha Santa Catarina” .....	21
1.2- As capelas .....	26
1.2.1- A Capela de Nossa Senhora da Graça, em Chão de Tanque. ....	27
2- AS EDIFICAÇÕES PARTICULARES.....	30
2.1-As Habitações Tradicionais .....	30
2.2- Habitações Senhoriais .....	34
2.2.1-O Sobrado de Telhal dos Engenhos. ....	36
3.1- As condutas de água (Levadas). ....	39
3.1.1-O caso dos Engenhos e da Boa Entrada. ....	42
3.1.1.1- Ribeiras dos Engenhos.....	42
3.1.1.2-Ribeiras de Boa Entrada .....	44

3.2-Complexos de aprovisionamento: A bica de Boa Entrada.....	45
3.3- A Ponte.....	48
3.3.1- A Ponte Lopi.....	50
CAPITULO III .....	53
1-A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL: ALGUMAS REFLEXÕES ...	53
CONCLUSÃO.....	59
ANEXOS.....	64

## ÍNDICE DE FIGURAS

### EDIFICAÇÕES RELIGIOSAS:

Figura 1 – Placa indicativa da época de uma das reconstruções da igreja. ....**Erro! Marcador não definido.**

**Marcador não definido.**

Figura 2 – A Igreja de Santa Catarina no seu estado actual. .... **Erro! Marcador não definido.**

Figura 3 – “Alminha” colocada em frente à igreja. ....**Erro! Marcador não definido.**

Figura 5 – Interior da igreja.....**Erro! Marcador não definido.**

Figura 4: Imagem actual da Capela de Nossa Senhora da Graça .... **Erro! Marcador não definido.**

Figura5: A pia.....**Erro! Marcador não definido.**

Figura 6: O altar.....**Erro! Marcador não definido.**

Figura 7: O palco. ....**Erro! Marcador não definido.**

Figura 8: Tecto do interior da capela. ....**Erro! Marcador não definido.**

### EDIFICAÇÕES PARTICULARES:

Figura 9. Casas de rebelados em Fundura.....**Erro! Marcador não definido.**

Figura 10: Casas tradicionais em Chã de Tanque (Chapa ondulada esquerda e telha a direita) .....**Erro! Marcador não definido.**

Figura 11: Imagem actual da casa do Telhal. Vista lateral. .... **Erro! Marcador não definido.**

Figura 12: As inscrições expressando o dono do sobrado e data de construção. ....**Erro! Marcador não definido.**

Figura 13: O sino situado na alçada principal do edifício..... **Erro! Marcador não definido.**

### EDIFICAÇÕES SECULARES:

Figura 14: A inscrição da brigada, numa pia.....**Erro! Marcador não definido.**

Figura 15. Levada de água em Boa Entrada.....**Erro! Marcador não definido.**

Figura 16. Bica de Boa Entrada, imagem actual. Vista da ponta de Nhagar. ....**Erro! Marcador não definido.**

Figura 17: A lavandaria.....**Erro! Marcador não definido.**

Figura 18: Ponte Lopi .....**Erro! Marcador não definido.**

Figura 19: A passagem para Palha Carga e Engenhos.....**Erro! Marcador não definido.**

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o resultado de um levantamento efectuado sobre o Património edificado no meio Rural em Santa Catarina de Santiago, que pode ser entendido como o conjunto de construções edificadas nos últimos séculos da vida rural de Santa Catarina. Este trabalho encontra-se inserido no âmbito da Licenciatura em Ensino de História, ministrada no Instituto Superior de Educação (ISE).

Neste caso concreto pretende-se ligar as edificações à temática do Património construído, baseando-se na seguinte pergunta de partida: *Será que as edificações erguidas no meio rural de Santa Catarina de Santiago, no passado, nomeadamente: igrejas e capelas, pontes, aquedutos, chafarizes, levadas de água etc., ou ainda edificações particulares como sejam: habitações tradicionais e casas senhoriais podem ser consideradas obras arquitectónicas com valor patrimonial?*

Estimulou-nos a escolher este tema, a constatação de que o espaço rural de Santa Catarina é, para nós, um grande celeiro patrimonial dada à existência de edificações que, pelo seu valor estético, histórico e cultural, saltam à vista e destacam-se das



demais. E que essas construções constituem uma parte da nossa memória colectiva, da nossa identidade, um importante vestígio material representativo das realizações humanas neste concelho, que uma vez estudadas e adequadamente interpretadas pode-se extrair delas informações que possibilitam fornecer o conhecimento da verdadeira vivência da sociedade que a construiu, e dos povos que por aqui passaram, testemunhando deste modo suas práticas e suas atitudes. Entretanto, a maioria delas encontra-se abandonado à sua sorte, correndo o risco de perder o valioso contributo que possa dar para a construção efectiva da nossa memória colectiva. Como se pode ver, um estudo sistematizado desta parte da nossa identidade e uma posterior divulgação torna-se um imperativo. É essa constatação que nos estimulou a escolher este tema, de entre vários outros, também pertinentes. Assim queríamos disponibilizar a nossa capacidade académica e criativa, para indagar sobre esta questão, com o intuito de propiciar aos santacatarinenses em particular e aos cabo-verdianos em geral um verdadeiro legado do património rural deste concelho, e deste modo trazer alguma mais valia para a cultura rural de Santa Catarina, assim como, à comunidade científica.

Na execução do presente trabalho propusemos como objectivos, de uma forma geral, *inventariar* e *registar* o património edificado no meio Rural em Santa Catarina de Santiago, de modo a *contribuir* com a existência de dados escritos sobre o mesmo. Por outro lado, queríamos igualmente *demonstrar* a sua importância na salvaguarda do legado material e simbólico do passado histórico do espaço rural de Santa Catarina e a importância da sua restauração e preservação.

Por outro lado, e de forma mais específica, pretendemos fazer um enquadramento histórico do modo de apropriação de terra que vigorou em Cabo Verde e no concelho de Santa Catarina do século XVI a XX; *apresentar* exemplares de património edificado existente no meio rural de Santa Catarina; *fazer* um estudo de cada caso apresentado; *chamar* atenção das autoridades competentes e da população em geral, para importância da sua salvaguarda e sua valorização; *Propiciar* aos santacatarinenses e à comunidade científica, uma mais valia, no que respeita ao património cultural de Cabo Verde.

A problemática relacionada com o tema aqui em estudo, está inserida num contexto mais abrangente do património construído e de um modo geral reside, no facto de propiciar este campo de investigação possibilidades de pesquisa sobre aspectos da vida quotidiana muitas vezes não identificáveis na documentação escrita ou na tradição oral.

No caso das habitações e das outras obras incluídas neste trabalho permitem-nos conhecer melhor a vida dura e a enorme luta travada entre os homens das pequenas localidades do interior e as forças da natureza. É evidente que quanto mais antiga (dimensão temporal) maior raridade, ou, consoante maior grau de relação sentimental se mantiver com sucessíveis gerações (dimensão psicológica), a peça pertencente à cultura material como são os casos das construções em referência terá mais carácter de monumento e maior será o seu valor simbólico e assim maior serão as possibilidades da sua consideração como património.

Deste modo, este estudo enquadra-se na necessidade de reflexão sobre o futuro do Património Rural de Cabo Verde, particularmente de Santa Catarina. Incidiremos a investigação no património edificado em "risco" e não só. Analisámos também, os aspectos, sociais e económicos e construtivos que nortearam o seu aparecimento e ainda propomos algumas sugestões de actividades para melhorar a situação vigente.

Também tivemos em consideração a questão de inventariação conservação/e restauração de Património. Porquanto, este é "...tanto mais ameaçado quanto mais antigo ou mais delicadamente trabalhada, mais raro ou mais cobiçado, está expostos às poluições físicas e químicas em que a nossa época é pródiga: às invasões da urbanização às especulações imobiliárias ao vandalismo ou a tudo isso simultaneamente. Numa palavra, são os primeiros a ser atingidos pelas agressões sofridas pelo ambiente em geral.”<sup>1</sup> Assim sendo, a tarefa da conservação é de todos, a começar pelas autoridades competentes (criando leis que regulam a sua protecção), a comunidade (criando associações de protecção do mesmo).

O trabalho ora apresentado estrutura-se em três capítulos sendo o primeiro referente à contextualização do tema, o segundo sobre os exemplares de edificações rurais de Santa Catarina e o último sob o tema, preservação património rural, uma questão de actualidade, a conclusão, a bibliografia e o anexo.

Como metodologia para a execução deste trabalho foi de capital importância, a nossa presença em todas as localidades rurais do concelho, o que nos permitiu por um lado, estar de perto com a realidade em estudo, e por outro lado, ter a valiosa oportunidade de entrevistar personalidades com algum conhecimento da causa<sup>2</sup>. Personalidades estas,

---

<sup>1</sup> O que é: A Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. UNESCO – Departamento de Informação do Público.7- Place de Fontenoy, 75700 Paris.

<sup>2</sup> Agradecemos os vossos valiosos contributos, que sem os quais, não seriam possíveis a concretização deste projecto.

que viveram a realidade que estamos a recuperar e com alguma acuidade. Também fizemos um estudo intensivo de perto – levantamentos e medições – das edificações seleccionadas de modo a ter um contacto, o mais próximo possível da realidade do trabalho. Ainda fez parte da nossa metodologia a pesquisa documental incluindo o acesso a páginas especializadas da Internet, Boletins Oficiais, arquivos fotográficos, postais, revistas e recolha de imagens.

De seguida fizemos o tratamento dos dados das pesquisas, analisámos o monumento em si, quer do ponto de vista morfológico quer funcional, fizemos um exame crítico dos edifícios enquanto obra de arte, analisando desta forma, perspectivas da sua valorização como, património colectivo do concelho e que resultou numa síntese final que a seguir apresentamos.



## CAPÍTULO I

### CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

#### 1 - Quadro teórico de análise das questões ligado ao património rural

*“O património arquitectónico rural - abrange o que concerne a construções tradicionais utilitária, habitações, moinhos, etc. De facto, também, o avanço da técnica e da ciência têm contribuído para uma progressiva à descaracterização da paisagem rural e o desaparecimento de muitos testemunhos com interesse cultural”.*

*João Lopes Filho. Introdução à Cultura Cabo-Verdiana. Pp. 26*

O estudo do espaço rural cabo-verdiano e naturalmente do seu património constitui uma importância singular, para quem quer conhecer as verdadeiras raízes da nossa identidade. Entretanto, “do pouco”, que se tem feito para a história do património cabo-verdiano, as atenções têm sido direccionados mais aos espaços urbanos, à Cidade Velha ou a outras realidades. Sobre este respeito, José Évora é da mesma opinião quando diz que “o desenvolvimento das cidades está intimamente ligado ao mundo rural, e que, no caso de Cabo Verde, encontra-se um certo vazio de informações sendo ainda muito escassos os trabalhos referentes aos pequenos povoados rurais das diferentes ilhas que formam o arquipélago.”<sup>3</sup> Acreditamos que tudo que somos hoje começou ali, nas casas de palha, nos campos agrícolas, nas pastagens, etc. Por isso, reconhecemos que é o nosso dever proceder a uma indagação pormenorizada, o mais exaustivo possível, nos

---

<sup>3</sup> ÉVORA, José. O Património Arqueológico Cabo-Verdiano: Situação Actual de Questão. In. Centros de Estudos Africanos e Orientais. Africana. Nº24. Porto.2002. pp.57.

vários núcleos rurais do concelho onde naturalmente se encontram restos materiais, que provam a convivência humana, e com certeza, o fundamento das nossas raízes.

Falar de património rural, é proferir sobre conjuntos, que dizem respeito, às construções que emergem da estética involuntária, de uma arquitectura sem arquitectos e, de técnicas e utensílios que materializam o saber-fazer dos seus homens. Não queremos com isso dizer que não existem construções com projectos pré-elaborados e de acompanhamento assíduo pelos engenheiros e mestres-de-obras. Somos da opinião de que, a emergência destes conjuntos é, geralmente marcada por três etapas distintas. Uma primeira, a etapa que condiz ao momento em que um determinado grupo social produz aquilo que necessita para assegurar a sua sobrevivência física. Nesta fase, o que realmente interessa é a resolução imediata do problema. Uma segunda, correspondente a uma conjuntura nova, em que as transformações e a modernidade fazem com que tudo que fora importante na fase precedente perca toda a utilidade inicial. Nesta fase, tudo que fora feito no estágio anterior é considerado velho, desprezado, legado a segundo plano, jogado fora e substituído. E na terceira etapa, o objecto anteriormente rejeitado adquire uma identidade patrimonial, isto é, o momento em que um simples diário de uma dona de fazenda pode reclamar e justificar um estatuto de gestão colectiva.<sup>4</sup>

Assim sendo há que ponderar, e com urgência sobre a questão, fazendo tombamentos, conservação, restauro destes patrimónios. Porquanto, estes são, como se sabe (...) “tanto mais ameaçados quanto mais antigos ou mais delicadamente trabalhada, mais raro ou mais cobiçado. Para além das catástrofes, e do envelhecimento, eles estão expostos às poluições físicas e químicas em que a nossa época é pródiga: às invasões da urbanização às especulações imobiliárias ao vandalismo ou a tudo isso simultaneamente. Numa palavra, são os primeiros a serem atingidos pelas agressões sofridas pelo ambiente em geral.”<sup>5</sup> Entretanto, é salutar o facto de, por um lado, aumentar as ameaças da sua destruição, por outro lado, engrandece as preocupações com o que resta destes lugares. Esta dicotomia é um dos motivos que nos leva a esboçar esta tese.

---

<sup>4</sup> In. <http://www.naya.org..> Pt. Acedido em 14. 05. 06.

<sup>5</sup>O que é: *A Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. UNESCO – Departamento de Informação do Público.7- Place de Fontenoy, 75700 Paris. Pp. 5.

No mundo globalizado em que vivemos, a modernidade torna um ditame. Mas também concordamos com João Lopes Filho, quando ele afirma que “se pode muito bem renovar sem se renegar ou destruir as origens”.<sup>6</sup> De facto não podemos negar o novo, as transformações, pois do contrário, o mundo seria monótono e sem sentido. Mas não podemos, por outro lado, renunciar as nossas origens.

A defesa de património, nomeadamente o rural, é um imperativo inadiável perante as incúrias ou negligências que, em todos os lados, se repetem afectando valores inestimáveis que permanecem em risco de degradação (...) e não será fundamental apenas fazer-se “levantamentos”, inventariar e restaurar (...)” e ficar por isso. Há que formar “pessoal habilitado para a prossecução destas tarefas (...)”<sup>7</sup>

No que respeita ao património rural de Santa Catarina cabe a nós santacatarineses, em primeiro lugar salvaguardar os fundamentos da sua existência, e assim, mostrar o que fomos e o que valem. É um desafio histórico, devemos isso às gerações vindouras.

## **2 - Espaços rurais: Formação e Vicissitudes**

Os espaços rurais do interior de Santiago e consequentemente do interior de Santa Catarina formaram no contexto da fuga dos escravos, que já no século XVI, faziam tudo que estivessem ao seu alcance para sair da deplorável situação a que se encontravam, na Ribeira Grande. Concordamos com António Carreira, quando diz que “o tipo de povoamento disperso predominante em Santiago, situando-se nos cocurutos, cutelos ou cumes dos montes, nas encostas dos montes, nas encostas ravinosas, de difícil acesso, e por vezes nas gargantas ou vales, nasceu e medrou, nos alvares do povoamento, com a fuga de escravos em épocas anormais, em particular as de fome, e bastante quando os baluartes tocavam a rebate anunciando a chegada ou aproximação de navios piratas”. Estes escravos construíram as suas primeiras habitações – nestes espaços de guarida – meramente provisório, teria resultado a fixação definitiva, espalhando-se pelos cocurutos dos montes ou pelos vales resguardados os imensos sítios com meia dúzia de

---

<sup>6</sup>Cf. LOPES, João Filho. Defesa do Património Sócio-Cultural de Cabo Verde. Lisboa.1985.pp.17.

<sup>7</sup> Vide. LOPES, João Filho. Op. Cit. Id. Ibidem.

*funcos*,<sup>8</sup> e com o decorrer dos tempos transformados em casas rectangulares ou quadradas de tipo português.”<sup>9</sup>

Falar de espaço rural em Santa Catarina é falar de extensas planícies, de cutelos, de grandes montanhas, de colinas após colinas, e fundamentalmente imensos vales situados entre essas montanhas e colinas, que se encontram sempre húmidas e verdes durante toda época do ano e com principal incidência na época das águas. Estas áreas são grandes propriedades de agricultura de sequeiro e de regadio, e eram a principal fonte de vida dos seus cidadãos e não só. Todo estes espaços estavam divididos e repartidos entre os grandes proprietários, os morgados, e que por sua vez, distribuía aos rendeiros que trabalhavam sob o regime de parcelamento.

Nestes espaços, os grandes proprietários tinham os seus casarões e ou seus sobrados, onde guardavam todos os seus bens, suas riquezas. Administravam-nas, e era ali também, que residia a maioria da população do concelho, com as suas casas de palha ou de telha, seus animais e seus cultivos.

Hoje em dia, a grande maioria destas regiões encontram-se abandonadas, casas em muralhas, campos abandonados, hortas<sup>10</sup> secas transformadas em culturas de sequeiro, sinais de grandes extensões de levadas de água, tanques secos cheias de pedras e de entulhos, algumas árvores de frutas que ainda resistem à secura, pessoas idosas lamentando uma vida que tiveram e que não podem legar aos seus.

Toda esta transformação se deveu principalmente à falta de chuva, que o meio rural conheceu nas últimas décadas do século XX e que tem comportado transformações profundas, particularmente no que diz respeito ao modo de vida dos seus habitantes. É que o mundo rural esteve sempre ligado à existência de água,<sup>11</sup> para a estruturação das suas vidas, que é completamente ligado ao cultivo dos campos e à criação de gado.

Esse fenómeno de desaparecimento físico e simbólico do mundo rural é sustentado, pela falta de oportunidade outrora oferecida nestas regiões, o que obriga as suas populações sobretudo os mais jovens a abandonarem essas áreas e fixarem-se em zonas urbanas à procura de melhores oportunidades.

---

<sup>8</sup> Sobre este tipo de construção falaremos mais à frente, no capítulo II.

<sup>9</sup> CARREIRA, António. Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878), 2ªed.1983. pág. 375 e 373.

<sup>10</sup> Termo utilizado na ilha de Santiago para designar aos terrenos de regadio.

<sup>11</sup> Fazendo uma analogia com mundo urbano, diríamos que a chuva é para o espaço rural, o que petróleo é para a zona urbano.



## **2.1 - Espaços Rurais da Ilha de Santiago: Formação e Transformação Recentes**

O espaço rural tem enfrentado problemas de várias ordens ao longo dos tempos. Mas a este respeito, deixemos falar René Rémond: “O problema da fome e das subsistências foi, em primeiro lugar, um problema das sociedades rurais, antes de se estender às cidades, e esse imperativo alimentar é mais antiga, mais constante, e mais geral, das preocupações que importa evocar no início de um estudo das sociedades rurais dos séculos XIX e XX.”<sup>12</sup> De facto, a fome foi um dos sérios problemas do espaço rural cabo-verdiano e consequentemente de Santa Catarina, que aliás continua, ainda vivo na memória de muitos santacatarinenses, que não desperdiçam oportunidade para, sempre que possível, falarem desta deplorável experiência de vida. De acentuar que, de todas, a mais recordada é de 1947. Sobre este assunto diz António Carreira, que (...) “O clima é tropical, muito instável, em teoria com clássicas duas estações anuais: a seca; e das chuvas. A pluviosidade é reduzida e irregular. Em consequência, as estiagens são frequentes e prolongadas, a bem dizer cíclicas (de 5 em 5 anos, de 7 em 7 e mais); ou as precipitações irregulares, extemporâneas, anulam a germinação e o desenvolvimento das plantas e a produção de géneros de sustentação decai e, desse modo, as carências alimentares tornam-se graves. Algumas vezes nem os pastos medram e o gado morre de fome.”<sup>13</sup> Esta situação originou a grande avalanche de população para o estrangeiro, através da emigração, algumas vezes espontâneas, outras tantas vezes, forçadas procurando deste modo resolver o problema. Voltando ao autor Francês, ele fala ainda de um segundo problema porque passam as sociedades rurais, que é o da “quantidade de terra a cultivar e a possuir, da relação entre a superfície disponível e o número daqueles que a trabalham. Ainda ele se refere a um terceiro problema, que também Santa Catarina, não ficou imune, que é o de apropriação de terra. Confirma, que muitas vezes a terra não é de quem a trabalha.”<sup>14</sup> A esse respeito vamos conferir as opiniões de Ilídio de Amaral e de António Correia. O primeiro autor profere que “desde o começo do século XVI, Santiago ficou partilhado por «morgados», verdadeiros (...) donos de terras de sequeiro, de hortas (terras de regadio no fundo dos vales), de montados (terra de

---

<sup>12</sup> RÉMOND, René. (1994) Introdução à História do Nosso Tempo do Antigo Regime aos Nossos Dias. Lisboa Gradiva. 2003. Pp.218.

<sup>13</sup> CARREIRA, António. Migração nas Ilhas d Cabo Verde. 2ª Edição. 1983. Pp.35

<sup>14</sup> RÉMOND, René. Op.Cit. pp. 218 e 219.

pasto)”<sup>15</sup>, por seu turno António Correia, compartilha da mesma opinião, pois afirma que “os grandes detentores de terras rurais e de cultivo foram os morgados, uns brancos outros pretos ou mulatos, semilatifundiários, endinheirados, influentes, servindo-se do braço escravo para as suas lavouras e todas as outras actividades,”<sup>16</sup>que “com suas fazendas reais, com seus campos privativos de pastagem, de água e bebedoiro distintos dos do povo (e onde o gado deste não podia pastar) <sup>17</sup> (...), moradias, capelas<sup>18</sup> e ermidas, engenhos de açúcar e respectiva aparelhagem, levadas de água para irrigação de canaviais, fontes, montados, gados e escravos, etc.”<sup>19</sup> Como se pode averiguar nas duas opiniões supracitadas, quem era o verdadeiro dono das terras em Santiago não era a maioria da população, mas sim os grandes latifundiários.

Com as crises cíclicas, a fuga de escravos e a dispersão do espaço e consequente impossibilidade de explorar a terra por conta própria, os morgados viram “forçados a fazer o seu parcelamento entregando-as, em tractos de maiores ou menores dimensões, de arrendamento, aos homens livres, na maioria deles oriundo da classe de escravos, e então bastante numerosos. Este arrendamento era feito através de contrato verbal e o dono das terras anulava-o quando bem entendesse. A sua duração era, em regra, curta: 1, 2 ou 3 anos; a renda tanto podia ser pago em dinheiro como em géneros. O senhorio é que impunha condições e estas podiam ser por ele alterados em qualquer altura.”<sup>20</sup> Como se pode ver, tal situação traria algum descontentamento ao rendeiro, que (...)“tudo submetia, sobretudo quando não tinha outra possibilidade de angariar meios de subsistência que ali para si e para a família. Constituía a grande massa de cultivadores de terra”. <sup>21</sup> Porquanto este, “depois de ter arrendado a terra inculta, e nela feito o primeiro e mais custoso trabalho; este rendeiro, acabado o seu breve prazo, não somente vê aumentado a capricho e por cobiça o preço primário da renda, mas de ordinário se vê a bárbara e injustamente expulso por um novo rendeiro, daquela terra que ele primeiro

---

<sup>15</sup> AMARAL, Ilídio. *Santiago de Cabo Verde. A terra e os Homens*. Lisboa. Junta de Investigação do Ultramar. 1964. Pp 190.

<sup>16</sup>CARREIRA, António. *Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, 2ªed.1983. pág.378.

<sup>17</sup> Dizem que José Rui Carvalhal, morgado das ribeiras de Boa Entrada, tinha a sua própria nascente de água nesta ribeira, onde apenas ele e a família usufruía da água que ali brotava.

<sup>18</sup> A capela de Santo André, na ribeira dos engenhos em Santa Catarina, foi edificada por ordem do então morgado dos engenhos.

<sup>19</sup> CARREIRA, António. op. Cit. Pp. 31 e 27.

<sup>20</sup> CARREIRA, António. *Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*, 2ªed.1983. págs. 380 e379.

<sup>21</sup> CARREIRA, António. op. Cit. Pp.379.

abriu e cultivou (...). Paralelamente a este sistema funcionava o de parceria, pelo qual os parceiros se vêem obrigados a cultivar anualmente, e por tempo incerto, as terras alheias, as meias, as terças e as quartas partes; de modo que todo o trabalho é do pobre trabalhador e o principal lucro do possuidor do terreno”.<sup>22</sup> Este embaraço, por que passava o rendeiro veio a gerar conflitos e revoltas<sup>23</sup>, que opuseram estas duas classes antagónicas, e que irão abalar de forma profunda, mas não em definitiva os poderes do morgado.

Apesar de a Portaria Regia nº199, de 10 Outubro de 1964, abolir o sistema de Morgado e Capela,<sup>24</sup> a decadência efectiva dos morgados e do respectivo sistema Cabo Verde estava ainda muito longe. É que mesmo assim, “os grandes proprietários continuaram a formar um grupo social restrito e forte. Tanto é, que mesmo com o fim do regime de morgadio, continuaram sendo chamados morgados, sendo assim chamados e conhecidos em Cabo Verde.”<sup>25</sup> A queda do morgado e do correspondente sistema, só veio a acontecer após a queda do regime colónia, em que alguns morgados abandonaram o país e outros perderam as suas terras com a implementação da Reforma Agrária<sup>26</sup> em Cabo Verde. De realçar, que tal medida circunscrevia os morgados estrangeiros, pois, os morgados cabo-verdianos<sup>27</sup> e residentes mantiveram as suas propriedades intactas, perdendo contudo, tal nome.

Na entrada da primeira república, o então governo conhecendo a situação dos sem terra começou a trabalhar leis com o intuito de debelar a situação vigente e permitir, deste modo, “bloquear o aumento de rendas, impedir despedimentos arbitrários, suprimir, na medida do possível, a parceria, numa palavra, garantir um mínimo de segurança e incentivo aos camponeses sem terra.”<sup>28</sup> De facto, as leis criadas para o efeito, vieram

---

<sup>22</sup> CARREIRA, António. Migração nas Ilhas d Cabo Verde. 2ª Edição. 1983. Pp52.

<sup>23</sup> As mais conhecidas, as que aconteceram no Morgado da Ribeira dos Engenhos em 1822 e a de 1841, em Achada Falcão, nas propriedades de Nicolau dos Reis Borges.

<sup>24</sup> CARREIRA, António. Migração nas Ilhas d Cabo Verde. 2ª Edição. 1983. Pp.52.

<sup>25</sup> FURTADO, Cláudio Alves. A transformação Das Estruturas Agrárias Numa Sociedade em Mudança – Santiago, Cabo Verde. ICL. Praia. 1993. Pp.5.

<sup>26</sup> “A Reforma Agrária é um processo global de transformação da estrutura agrária do país que, no quadro do desenvolvimento social e económico da nação, visa aumentar a produção e a produtividade na agricultura, liberta os que trabalham a terra da dependência das relações socio-económicas de exploração e arcaicas e melhorar a sua situação económica e cultural.” Vide – Ante-Projecto de Lei das Bases da Reforma Agrária. Capítulo II Artigo 3º.

<sup>27</sup> Muitos emigrantes, após a aposentadoria, voltaram a Cabo Verde. Em alguns casos, a remessa corrente feita aos seus familiares permitiu-lhes a aquisição de terras (...) por ocasião de suas voltas, se transformaram em grandes morgados. FURTADO, Cláudio Alves. Op. Cit. Pp.58.

<sup>28</sup> SILVA, João Pereira. A Reforma das Estruturas Agrárias de Cabo Verde. Gabinete de Reforma Agrária. S. d. Pp.21.

beneficiar os agricultores, que passaram a ter, maior tranquilidade na sua lida, as terras passaram a pertencer-lhes a título gratuito e perpétuo<sup>29</sup> e ainda passaram a contar com um conjunto de medidas, também traçadas pelo Estado, e que veriam estimular-lhes ainda mais na produção agrícola<sup>30</sup>. No entanto, alguns problemas<sup>31</sup>, normais num processo desta envergadura e num país arquipelágico que temos, que viriam a fazer com que, segundo João Silva, “no domínio de supressão da parceria, ficou muito aquém do que seria desejável.”

É de ressaltar, que tudo isso aconteceu depois de um processo de expropriação<sup>32</sup> das terras de sequeiros e irrigáveis, seguida de indemnização<sup>33</sup> dos lesados.

Hoje a situação de apropriação de terras no mundo rural é estável. Cada agricultor tem o seu pedaço de terra, com as suas devidas marcas, que trabalha com esperança na bem-vinda e afortunada chuva, para fazer deste pedaço de terra o sustento do seu dia-a-dia, e naturalmente o seu ganha-pão.

---

<sup>29</sup> Conf. SILVA, João Pereira. Op. Cit. Pp.50, 51, 52 e 53.

<sup>30</sup> Conf. SILVA, João Pereira. Op. Cit. Pp.53, 54 e 55.

<sup>31</sup> De uma forma resumida e segundo o autor supracitado, esses problemas seriam, a desconfiança por parte do camponês que o processo não funcionasse, o facto de haver um elevado número de relações de parentesco entre o parceiro e respectivos proprietários, a pressão feita pelos proprietários devido a sua posição dominante, o facto de haver um grande número camponeses iletrados, e o um mau funcionamento das comissões concelhias de reordenamento agrário, a fraqueza no sector de comunicação de massa, etc.

<sup>32</sup> Sobre a questão de Expropriação. Vide. SILVA, João Pereira. Up. Cit.pp.41 a 44. Em que ele aponta os artigos, do Ante-Projecto de Lei das Bases da Reforma Agrária, relativo ao assunto.

<sup>33</sup> A esse respeito, também recomendámos, uma vez mais, a consulta de SILVA, João Pereira. Up. cit. Pp.45 e 46. Em que ele aponta os artigos, do Ante-Projecto de Lei das Bases da Reforma Agrária, relativo ao assunto.

## **CAPÍTULO II**

### **EXEMPLARES DO PATRIMÓNIO RURAL DO CONCELHO DE SANTA CATARINA**

#### **1. EDIFICAÇÕES RELIGIOSAS**

*A presença da Igreja Católica é tão pertinaz em todo o arquipélago  
e a sua manifestação social tão sólida  
que parece ser a única religião  
que prevaleceu desde os primórdios  
da presença da Ordem de Cristo até actualidade.*

*História Geral de Cabo Verde. V. II. 2ª Edição. Pp359.*

A construção de Edificações Religiosas em Cabo Verde remonta o início do povoamento de Santiago, com a criação da diocese de Funchal, que abarcava todo o território português da costa da África, incluindo Cabo Verde. A igreja católica em Cabo Verde teve um papel muito importante na construção da sociedade que hoje usufruímos, é a primeira instituição de cariz pública/colectivo instituída em Cabo Verde. Ela representava o centro da vida social. “Nela reside o cura, cujas obrigações era de ensinar a doutrina ao povo, sacramentar casamento, registar testamentos, ajudar a bem morrer (...) toda a vida quotidiana desenrolava em torno dela. Na quase ausência

*António Pedro Costa*

de instituição de administração pública civil, a função da igreja transcendia largamente a religiosa. Era ela a única instituição de registo dos fregueses, que fazia os registos cartoriais, as actividades lúdicas e educacionais, o exercício do controle social, gestão dos conflitos de classe, etc.”<sup>34</sup> De ressaltar que essa função é cada vez menos nos tempos de hoje, em que vivemos numa sociedade bastante céptica quanto às questões da fé.

“A freguesia de Santa Catarina é tão antiga como as mais velhas existentes em Santiago. No século XVII o seu nome afigurava-se entre as primeiras freguesias criadas por conseguinte muito antes da criação do concelho que veria a ter o mesmo nome no século XIX (1834).”<sup>35</sup> Grande parte da população desta freguesia professa a fé cristã. O que justifica, edificações desde de muito cedo de uma igreja matriz e de várias ermidas - onze - em todo o concelho com especial destaque às zonas rurais.<sup>36</sup>

### **1.1-A Igreja Católica de “Nha Santa Catarina”**

A igreja de “Nha Santa Catarina” é, seguramente a primeira igreja católica construída neste concelho, o que lhe dá estatuto da maior e mais importante edifício religiosa do concelho. Deste modo é ali que se realizam as principais actividades religiosas – casamentos, baptismos, etc. Ela foi construída em honra a Santa Catarina de Alexandria<sup>37</sup>, na sequência da suposta aparição da mesma Santa neste espaço.<sup>38</sup> Sendo também da tradição, a ideia segundo a qual, caso fosse retirada a imagem do local de

---

<sup>34</sup>Vide: VVAA. *História Geral de Cabo Verde*. Volume II, 2ª edição. Pág.285.

<sup>35</sup> PEREIRA, Francisco. *A Paróquia de Santa Catarina de Mato*. Boletim da Diocese de Cabo Verde. Ano 7 n°18. Novembro/Dezembro. 1987/88. Pp. 7.

<sup>36</sup> De facto Santa Catarina é um concelho rural. Pois a maior parte da sua população sempre esteve nomeio rural. É assim que dez das onze capelas edificadas neste concelho estão no meio rural.

<sup>37</sup> Esta Santa “nasceu em Alexandria e foi uma das célebres mártires dos primeiros séculos. Segundo a lenda, seu pai era rei de Alexandria. Além de singular beleza, era dotada de grande inteligência e vasta cultura. Fascinado por sua beleza, Maximino Daia procurou divorciar-se de sua esposa a fim de casar-se com ela. Diante da recusa de Catarina, o imperador convocou cinquenta filósofos com a incumbência de provar-lhe que Jesus, morto numa cruz, não podia ser Deus. Entretanto, a Santa não somente refutou suas posições como a todos converteu ao cristianismo. Maximino mandou, pois, torturá-la sob rodas com pontas de ferro que nada fizeram contra ela. Por causa disso, Santa Catarina é invocada pelos que trabalham com rodas. Foi levada daí para fora da cidade. Quando deceparam sua cabeça, do seu pescoço começou a brotar leite ao invés de sangue. Daí ser ela invocada pelas mães que, tendo pouco leite, devem amamentar seus filhos. Os relatos de seu martírio continuam dizendo que os anjos desceram dos céus e levaram seu corpo para o monte Sinai, onde mais tarde teria surgido um mosteiro consagrado à sua memória.” *In* <http://www.comamor.com.br>. Acedido a 28-09-06.

<sup>38</sup> Convém aqui realçar que segundo reza a tradição quando num determinado espaço aparecesse uma imagem que envolve mistérios, como terá sido o caso da santa Catarina no mesmo sítio teria que ser erigido um espaço sagrando em honra a essa figura da cultura religiosa cristã.

aparição da Santa, a mesma voltaria a, ali aparecer. Seguramente esta tradição que se perpetuou na mentalidade de várias gerações de santacatarinenses constitui uma das motivações que levou a que a igreja fosse sempre conservada a ponto de chegar aos nossos dias no estado em que se encontra, como se poderá ver na figura 2 da página seguinte.

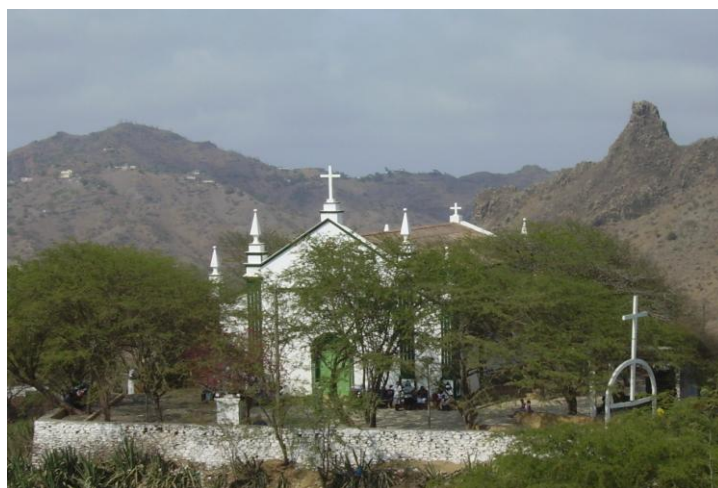
De acordo com Santa Rita Vieira o surgimento desta igreja é contemporânea à transferência da sede do Concelho dos Picos para Achada Falcão que efectivamente ocorreu entre os anos de 1851 a 1857<sup>39</sup>. Esta informação que nos é fornecida pelo autor atrás mencionado provavelmente refere-se à edificação mais antiga. Aquela ou poderá ter sido substituída por uma construção cujas balizas cronológicas reportam-se à data posterior da sua reconstrução<sup>40</sup> (1889 e 1961), como se pode ver na figura 1 abaixo, ou evoluiu a partir da própria edificação mais antiga.

**Figura 1 – Placa indicativa da época de uma das reconstruções da igreja.**



**Fonte: Autor Dezembro de 05**

**Figura 2 – A Igreja de Santa Catarina no seu estado actual.**



**Fonte: Autor Dezembro de 05**

---

<sup>39</sup> VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita, A Vila de Assomada. Editado pela Associação dos Amigos do Concelho de Santa Catarina, 1993.

<sup>40</sup> A data da sua construção original constitui uma incógnita. O que é certo é que ela tem passado por várias reconstruções ao longo dos tempos. E a última, data do ano de 1889 a 1961, conforme, aliás se pode ver na figura 1.

A igreja em menção localiza-se, no interior da povoação de Achada Braz, no distrito de Achada Falcão e no concelho e Freguesia de Santa Catarina, ilha de Santiago. E trata-se de uma obra de planta rectangular.

Para quem se desloca da Cidade da Praia, chegando ao cemitério perto de Assomada na zona de Nhagar, percorre cerca de 100 metros, chegando a zona de Cruz de Cima, entra à esquerda, desce pouco menos de 50m e assim encontra a obra religiosa em apreço.

Todo o edifício é circundado por um muro de vedação, feito de alvenaria pedra e barro, pintada a cal e água, possuindo uma altura média de 5 metros, 0.75m de espessura e 713,4m<sup>2</sup> de área, revistada no topo com argamassa de cimento. Contém duas entradas, uma no lateral direito e a outra no lateral esquerdo. A do lateral direito, que é a entrada principal é constituída por uma portal grande (3,82m de largura) em forma de arco encimada por uma cruz.

Do lado de fora e do lado direito entrada principal, há um Palco construído de alvenaria de bloco e cimento, coberta de laje, assente em pilares de betão armado com uma área de 29,8m<sup>2</sup> elevada em 54cm em relação ao pátio exterior. Esta estrutura é usada para celebração das mais importantes e cerimoniais eucaristias, como a festa da Santa Padroeira ou outros momentos altos da cerimónia religiosa.

Defronte à alçada principal do edifício encontra-se a “Alminha”<sup>41</sup>-Figura 3-, e que segundo informações dos mais antigos servia dantes de local onde os fiéis depositavam as suas oferendas em dinheiro. A construção original tinha uma inscrição “Vós que ides passando lembrai-vos dos que vão penando”, em referencia as almas do purgatório.

**Figura 3 – “Alminha” colocada em frente à igreja.**



**Fonte: Autor Dezembro de 05**

---

<sup>41</sup> Dizem ser uma criação de um antigo pároco do concelho, Luís Allaz, e que é um lugar para as pessoas fazerem as suas preces, quando a igreja se encontra fechada, e que também podiam colocar lá as suas ofertas ou dons.



Conforma a figura em cima vê-se que esta alminha é uma pequena construção mais em altura do que em extensão, de alvenaria de pedra e cal, rebocada com argamassa de cimento e areia, pintada à volta, e no centro possui um nicho onde está colocada a imagem de nossa Senhora do Carmo e as Alminhas no purgatório, e com uma cruz<sup>42</sup> no topo.

Todo o átrio é constituído por árvores que servem não só para embelezar o espaço mas também para proporcionar algum conforto e protecção contra os raios solares aos crentes quando a missa é celebrada no exterior da igreja. A sua pavimentação é constituída da mistura de calçada a portuguesa, a betão simples e terra batida.

O edifício ocupa uma área de 232,5m<sup>2</sup>, construído de pedra e cal, a parede tem uma espessura de 0,75m, rebocado com argamassa de cimento e areia. É constituído por uma sacristia com seus 25.2m<sup>2</sup>, espaço onde se prepara para a eucaristia, tem uma porta de entrada e uma outra que dá acesso directo ao altar, onde se encontra três imagens. A de Santa Catarina, no meio, Santo António no lado esquerdo e São José ao lado direito. Também do lado direito do altar fica o coro, espaço destinado às crianças. Neste, há uma porta que o liga com o exterior e três pequenas janelas.

A igreja possui um conjunto de cinco portas, destacando-se o portal existente na parte frontal de 2.10m de largura e 3.50m de altura. Nos alçados laterais, direito e esquerdo respectivamente possui mais duas portas iguais entre si (1.32m de largura e 2.20m de altura), menores, como se vê, em relação ao portal da entrada principal. Ainda existem mais duas pequenas portas, uma que dão acesso ao coro e outra à sacristia. As janelas distribuem-se de modo regular pelo edifício, estando duas no alçado lateral direito e duas no alçado lateral esquerdo. Existem ainda mais três janelas no coro.

A cobertura é de telha de fibrocimento assente numa estrutura de madeira.

Na cabeceira da igreja existem dois sinos, entretanto, apenas um se encontra funcional.

No interior, o espaço é pintado com tinta à óleo a volta numa altura aproximada de 2m e parte superior com tinta de água assim como na parte externa. O pavimento é revestido de massame de betão simples provavelmente sobre a calçada portuguesa. De salientar que o corredor e o altar estão pintados a ocre.

---

<sup>42</sup> A presença da cruz confere às composições religiosas um carácter sagrado assumido pelos viajantes a ponto de as pessoas terem a preocupação de nas suas jornadas aproximarem-se do local e ao mesmo se dirigirem com gestos sagrados, como o sinal da cruz nas testas, na crença de que viajarão sob a protecção divina.

O salão destinado a grande maioria dos fies contém um conjunto de 42 bancos separados por um corredor central, por onde se movimentam os fiéis e os outros membros da eucaristia<sup>43</sup>. Neste espaço temos, na parte frontal a imagem de dois santos, a esquerda a de Sagrado Coração de Jesus e a direita a de Sagrado Coração de Maria. No lado direito temos mais imagens, a de Nossa Senhora de Fátima, a de São José e de Santa Teresinha. Na parte lateral esquerdo temos, a Santa Cecília, São João Baptista e a de São Sebastião. Ainda temos outras imagens que apresentam as 14 estações sete por cada lado. Ainda, no interior encontram-se mais duas pequenas sacristias, com seus 6,36m<sup>2</sup> cada, em ambos os lados, tendo no lado direito três imagens, o do Senhor dos Mortos, Nossa Senhora das Dores, Senhor dos Paços. No lado oposto temos a sacristia do baptismo, onde temos uma pia grande que servia para fazer o baptismo. Em fim, no lado da porta principal existem duas pequenas pias que eram usadas para a água benta.<sup>44</sup>

**Figura 5 – Interior da igreja**



**Fonte: Autor Dezembro de 05**

No que respeita ao estado de conservação, devemos dizer que obra vem sofrendo alterações variadas no decorrer dos tempos, sobretudo na parte externa de modo a satisfazer novas demandas dos tempos. Os exemplos dessas alterações são evidentes: o palco, a casa de banho, o calçetamento do átrio, o gradeamento das janelas, instalação de energia eléctrica, água canalizada de entre outras. Deste modo, o edifício encontra-se em óptimas condições, quer na parte interna como na parte externa<sup>45</sup>.

<sup>43</sup> Pelo número de bancos, que são ao todo quarenta e quatro (44), sabendo que para cada banco devem se sentar sete pessoas, verifica-se que a igreja em estudo tem uma capacidade mínima de albergar trezentas pessoas. Entretanto, grande número de fiéis fica de pé.

<sup>44</sup> Agradecemos o incondicional apoio prestado pelo Engenheiro Nuno no momento de efectuar as medições.

<sup>45</sup> Tudo isso graças ao pároco do concelho que mantém este espaço religioso sempre em bom estado com apoio dos fies, pois, em todas as ocasiões de festa da padroeira faz-se alguma remodelação.

## **1.2- As capelas**

A capela é “cada um dos locais, numa igreja, reservado para oração, meditação ou pequenos serviços religiosos, onde fica um altar de santo.” Este era o significado de capela. Mas no século XIV e até os nossos dias, ela adquiriu novos significados tais como: “pequena igreja, com apenas um altar subordinado a uma paróquia; ou ainda, um local destinado a culto religioso fora do âmbito da igreja (em escolas, hospitais, palácios, fazendas, etc.)”<sup>46</sup>. É que nesta época, a construção destas pequenas edificações se tornou moda. Georges Duby, diz que “ao princípio, a capela fora concebida como coisa régia, para o soberano dotado de carismas e de um poder taumaturgo. No entanto, ele afirma ainda que, os reis, já não são os únicos no século XIV a construírem suas santas capelas. Os príncipes também a desejam possuir. E mais tarde, nos dizeres do mesmo autor, as capelas já não eram verdadeiramente individuais antes pertenciam a pequenos grupos, fraternidades cuja existência se prolongava de geração em geração, a confrarias ou a famílias.”<sup>47</sup> Mas a posseção das capelas não ficaram apenas como faculdade dos monarcas ou pessoas importantes, mas também, todo chefe de casa bastante afortunado, querendo copiar os usos dos maiores senhores construíram também suas capelas e tinham para si e sua família, o seu clérigo e sua missa em sua casa, à semelhança dos príncipes, confirma este estudioso. Ele ainda é da opinião que, nesta época as capelas estavam munidas de duas funções. Uma primeira “ordenava-se em redor de altar e desenvolvia uma liturgia privada, em missas celebradas periodicamente por intenções particulares dos membros do grupo. Dos membros vivos, mas mais ainda dos membros mortos. Porque esta primeira função reveste-se de um carácter essencialmente funerário. Em segundo, lugar destinava “à meditação, ao recolhimento porque a vida religiosa se tornava mais íntima (...) onde o fiel pode também encontrar Deus, elevar pouco a pouco para ele, no silêncio do coração, a «contelha» da sua alma.”<sup>48</sup>

Acreditamos que esta moda, de construir capelas particulares foi trazida à Cabo Verde, pelos estrangeiros grandes latifundiários, que quiseram também implementá-las em suas propriedades. Por isso, repara-se que em alguns morgadios antigos, existem estas

---

<sup>46</sup> Definições extraídas in: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa. 2003. Pp. 787.

<sup>47</sup> DUBY, Georges. *O Tempo das Catedrais. Arte e Sociedade 980-1420*. Pp.226 e 227.

<sup>48</sup> Conf. DUBY, Georges. Op.cit. pp.227 e 228.

pequenas edificações. E os motivos que estariam por de trás destas atitudes devem ser as mesmas da Idade Média. “Elevar a alma ao céu.”

### **1.2.1- A Capela de Nossa Senhora da Graça, em Chão de Tanque.**

Em Santa Catarina constata-se a presença de várias ermidas<sup>49</sup>, todas elas situadas nas zonas rurais, como já tinhas referido mais acima, distante da cidade de Assomada, que são utilizadas para a celebração de missa aos domingos. Entretanto, de todas elas, a nosso ver, a que mais salta a vista é a que foi construída em honra de Nossa Senhora da Graça<sup>50</sup>, em Chã de Tanque<sup>51</sup>. Pela sua beleza singular, pelo estilo soberbo e rústico de construção, e de entre outros aspectos interessante. Vide a figura 4.

**Figura 4: Imagem actual da Capela de Nossa Senhora da Graça**



**Fonte: Autor Novembro 05.**

Esta construção cativa todos que por lá passam, principalmente os observadores mais atentos, que conseguem ver nela não apenas uma edificação religiosa mas também, uma verdadeira obra de arte, que ela é. Esta edificação é propriedade da paróquia de Santa Catarina, e faz parte do património da igreja católica de Cabo Verde.

<sup>49</sup> São onze as capelas existentes nesta paróquia: a de Nho Santo André, Bambardeiro dos Engenhos; a de Nha Santa Teresinha, Ribeirão Manuel; a do Coração Eucarístico de Jesus, Palha Carga; a do Coração de Jesus, Boa Entradinha; a de Nossa Senhora de Lourdes, Figueira das Naus; a de Nha Santa Ana, Achada Lém; a de São Pedro, Rincão; a de São José, Serra Malagueta; a de Nossa Senhora da Graça, Chão de Tanque, a de Imaculado Coração de Jesus, Ribeira da Barca e de Nossa Senhora de Fátima, Assomada. Entretanto, está última vem ganhando a cada dia o estatuto de igreja, sobretudo com a remodelação em curso.

<sup>50</sup> Esta santa é representada na Bíblia como “uma mulher revistada com o sol, e a lua debaixo dos pés; na cabeça uma coroa de doze estrelas. Ver: *Bíblia Sagrada*. Cucujães. Ed. Missões. 2000. Pp. 2087.

<sup>51</sup> Chã de Tanque, situada a 5km da cidade de Assomada é uma das localidades do meio rural de Santa Catarina. A sua população se concentra nas duas margens do seu vale, com maior incidência na margem esquerda. Faz fronteira com localidades como, Engenho, Palha Carga, Mato Sanches e Achada Galegos. Possui um a rede viária que faz ligação a Assomada e outras localidades do concelho. É conhecida pela sua famosa Tabanca.

Esta fabulosa e modesta construção remota ao século XVII e é a primeira do tipo erguida em Santa Catarina.<sup>52</sup> Ela ocupa uma área de 90m<sup>2</sup> fica a 5km e alguns metros da cidade de Assomada, em Chã de Tanque mais concretamente na zona de Boa Vista, cercado por duas grandes elevações, em que de um lado, fica o planalto de Achada Galego e por outro o de Achada Grande.

A construção original é de alvenaria de pedra natural e cal, entretanto, nas remodelações sofridas ao longo dos tempos tem-se utilizado pedra e argamassa de cimento. Obedece uma espessura de 60cm, não possui rebocos no exterior, e é caiada de branco por toda a volta. No interior é rebocado de areia e cal e caiada de branco.

Na parte exterior e na fachada lateral direita, contém uma porta em arco, com seus 2,9m de largura por 2m de altura que dá acesso ao átrio; uma pequena escadaria de sete degraus embebedada na parede, que dá acesso a uma pequena torre onde havia o sino, e ainda a cobertura. Ainda neste lado, se encontra uma pequena fresta, de 60cm de altura e 20cm de largura, para permitir a entrada de ar no interior. No lateral posterior, com 4m, possui uma cruz esculpida na parede. Passando para o lateral esquerdo verifica-se uma janela em forma de arco, com 2,9 m de largura e 2m de altura, duas frestas, de igual medida da outra citada no lateral direito, em que uma deixa passar o ar ao altar e outra ao pequeno salão. A cobertura é feita de pedra e cal em forma de uma abobada.

A entrada do edifício é feita apenas por uma porta, com uma largura de 1,65m e uma altura de 2,20m. Na parte interna a construção temos um pequeno salão, com 6 por 3,5m, e com a capacidade de pouco menos de 50 pessoas. Neste compartimento depara-se, logo na entrada com uma pia – ver figura5-, usada anteriormente para colocar água benta.

**Figura5: A pia.**



**Fonte: Autor Agosto de 06.**

Ainda na parte interna, o edifício possui um altar, com 3 por 3,5m, que é ligado ao pequeno salão através uma porta em arco. Ali se encontra a imagem da santa padroeira.

<sup>52</sup> Cf. PEREIRA, Francisco. Id, ibid.

**Figura 6: O altar**



**Fonte: Autor Agosto de 06.**

Acrescentou-se-lhe um pequeno palco, de alvenaria de bloco de argamassa e cimento, com uma cruz<sup>53</sup> sobre o tecto, coberto de chapa ondulada de fibrocimento, que vai até ao antigo átrio, como se pode ver na figura em baixo.

**Figura 7: O palco.**



**Fonte: Autor Agosto de 06.**

Quanto ao estado de conservação a construção se encontra numa situação bastante crítica, sobretudo na parte interna estando caído aos pedaços, representando um verdadeiro perigo público, conforme se pode ver na figura 8, a seguir apresentada.

**Figura 8: Tecto do interior da capela.**



**Fonte: Autor Agosto de 06.**

De salientar que, o edifício tem sofrido algumas reparações ao longo dos tempos. Contudo, nota-se que nestas intervenções o cimento é o material premiado. Entretanto, perfilhamos da opinião de Francisco Silva, quando ele afirma que, o cimento não é o material aconselhável na reabilitação de construções antigas. Uma vez que, segundo este autor, com o tempo registar-se-ão fissuras e rachas que resultarão na migração de

---

<sup>53</sup> É estranho que a construção original não possuisse uma única cruz, não obstante a esculpida na alçada posterior.

sais para zona de pedra, sem que possam chegar a sua superfície uma vez que lá se encontra cimento, que tem uma função impermeabilizante.<sup>54</sup> Verifica-se que é precisamente o que está a acontecer com esta capela. Pois de todas as reparações a que foi sujeita, parece que contribuíram mais para sua destruição do que para a sua verdadeira melhoria. Basta observar a figura 8 acima exposta para ver tantas fissuras e rachas que possui.

De ressaltar, que esta edificação como a maioria das construções religiosas da ilha de Santiago, foi objecto de assalto, acontecido nos finais da década de 1990, durante as quais foram destruídas as imagens que ali se encontravam excluindo a da santa padroeira.

## 2- AS EDIFICAÇÕES PARTICULARES

### 2.1-As Habitações Tradicionais

*“ (...) Casebre apenas de pedra solta e uma lembrança aflitiva,  
o tecto de palha levou-o a fúria do Sueste.  
Sem batentes as portas e as janelas ficaram  
Escancaradas para aquela desolação (...)”*

*(Jorge Barbosa, Caderno de Um Ilhéu.)*

A procura de abrigo sempre foi uma das grandes preocupações do homem. Prova disso é que, já “os hominídeos aproveitavam de grutas e saliência nas rochas para se abrigarem e onde não havia grutas usavam o que continham – ramos de árvores, folhagens e peles de animais, pedras – para construir seus próprios abrigos. “O abrigo mais antigo de que se tem conhecimento foi encontrado (...) na garganta do Olduvai<sup>55</sup>. Consiste num círculo de pedra com cerca de quatro metros de diâmetro (...)”<sup>56</sup>. Contudo, com a sedentarização o homem sentiu a necessidade de parar num lugar de modo a proteger os seus pertences. Deste modo, as habitações passaram a ter outros contornos, visto que, elas tinham que ser mais duradouros e mais estáveis de modo a adaptar à nova realidade. Elas passaram a ser construídas de argila seca, madeira, palha,

---

<sup>54</sup> Pelos vistos o pároco deste Concelho, padre Constantina é também da mesma opinião. Pois na entrevista que nos concedeu, afirmou que discorda quanto a forma de intervenção que este edifício sofreu. Disse ainda, que pensa fazer a reparação deste edifício com os mesmos materiais que foram usadas na construção original e por outro lado construir o espaço a volta do edifício, para a celebração das eucaristias, e transformar a capela apenas numa atracção aos visitantes.

<sup>55</sup> Gruta na Tanzânia.

<sup>56</sup> Cf. Grande Enciclopédia Portugal e Brasil. Atlas Histórico. Editora. Enciclopédia limitada.1992.pp.32.

pedra, etc. Umas eram redondas, outras rectangulares, e em lugares bem protegidos<sup>57</sup>. Foi desta forma que as habitações evoluíram, até que hoje, presenciamos edificações arranha-céus.

No concelho de Santa Catarina, sobretudo nas zonas rurais, verifica-se que existem várias construções do tipo uni familiar e de anexos e espaços destinados a apoiar as actividades domésticas e agrícolas. Isto é, verdadeiras construções tradicionais de planta rectangular ou quadrada, que resistem a tudo e todos. Estas edificações evoluíram seguramente dos antigos *funcos*<sup>58</sup> e *finca-pés*<sup>59</sup>. Nestas estruturas nota-se como é óbvio a inexistência de ferro e vidro e outros materiais da construção moderna, resultante do facto de serem matérias inacessíveis no contexto da sua edificação. Assim, nas edificações em referência são utilizados sobretudo recursos disponíveis, produzidos localmente, reflectindo as condições sócio-económicas da população que as edificam.

O estudo dessas construções torna-se um imperativo, porquanto, não só testemunham as nossas raízes mas também, os processos evolutivos e diferentes técnicas de construções, adoptadas nos vários espaços do concelho ao longo do tempo, como o contexto de vivência das unidades familiares que nelas habitaram ou habitam, e são valiosas fontes para a construção da nossa memória colectiva.

Pode se distinguir dois exemplares destas habitações: Uma primeira -figura 9 –, com a evolução directa dos *funcos* e ou *finca-pés*, feita de pedra solta, dobradas e com seus cinquenta ou sessenta centímetros de espessura, coberta de palha de coqueiro, de cana sacarina ou de capim espontâneo<sup>60</sup> sobre uma estrutura de madeira de carrapato contendo porta (de chapa de *tamboro* ou de madeira) no centro, e em certos casos, uma ou duas janelas entre as portas ou ladeando estas, na mesma alçada ou colocadas na

---

<sup>57</sup> No cimo do monte, nas margens dos rios, dentro da água, em cima das árvores, etc.

<sup>58</sup> Habitação do tipo africano, de planta circular e cobertura cónica em colmo ou folha de coqueiro feitos pelos primeiros habitantes do interior de Santiago, os escravos fogões que na ultima metade do século XVI, dividido aos maus tratos a que eram sujeitos e também aos ataques dos corsários abandonavam as fazendas dos donos e refugiavam nas montanhas e nos vales, daí a necessidade dos fugitivos construírem para se abrigarem... com o decorrer dos tempos transformados em casas rectangulares ou quadradas, de pedra solta, cobertas de palha (de coqueiro, de cana sacarina ou de capim espontâneo etc.). CARREIRA António, In Cabo Verde, Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878), 2ªed.1983. pág. 373.

<sup>59</sup> Construção, toda ela feita de madeira, folha de coqueiro e carriço.

<sup>60</sup> Em tempo de pouca ou falta de chuva a cobertura era feito de folhas do sisal, por falta de palha de cana.



oposta e/ou em certos casos numa das laterais, com um quarto de múltiplas funções<sup>61</sup>, admitindo uma área de pouco menos de 60m<sup>2</sup>, pavimentada de terra batida.

### **Figura 9. Casas de rebelados em Fundura**



**Fontes: O autor Junho de 06**

Este tipo de construção ainda se encontra nas localidades de Furna, Espinho Branco, no interior do concelho de Santa Catarina, ocupados sobretudo pela população conhecida por “rebelados”.

Uma segunda -figura 10 –, que evoluiu da primeira já com alguma influência externa, nomeadamente da metrópole (Portugal), começou a ser utilizada com mais expressão a partir dos anos setenta com a chegada dos primeiros emigrantes. Tem maior conforto, mais segurança, mais espaços, contém o corpo principal, com duas divisões. A menor e a mais reservada servia de dormitório, a mais ampla, onde ficava a porta e janela da casa. Abrange compartimentos multifuncionais que podia servir de dormitório, sala de estar e cozinha. É feita em alvenaria de pedra e barro, com cobertura de duas águas em telha de meia-cana ou chapas onduladas de fibrocimento. Neste segundo tipo de construção repara-se algumas melhorias, tais como o reforço das estruturas, dando maior segurança, o aumento dos compartimentos e a consequente existência de maior privacidade, mais comodidade e higiene, uma vez que, as primeiras eram muito

vulneráveis às chuvas e ventos<sup>62</sup>, com menor multifuncionalidade do espaço interno. É que os novos tempos chegavam à ilha.

---

<sup>61</sup> Este compartimento multifuncional podia servir de dormitório, cozinha, “sala de estar” e nos tempos de fome quem tivesse seus animais não os deixava fora. As “camas” eram colocadas a alta noite e retiradas logo de manhãzinha. Tudo isto porque as construções eram feitas no terreno do morgado e deviam pagar a renda para cada compartimento da casa. Mais quartos significavam maiores despesas com a renda.

**Figura 10: Casas tradicionais em Chã de Tanque (Chapa ondulada esquerda e telha a direita)**



**Fontes: O autor Junho de 06**

É de realçar que tanto numa, como na outra a pedra é o material de excelência (desde o cabouqueiro à comeira), sendo utilizada maciça (na primeira) ou em aparelho, dobradas e com cerca cinquenta ou sessenta centímetros de espessura, arestadas com o martelo, ficando com a face exterior direita e a silharia nas duas metades, preenchido no meio com pedras miúdas (bolachas). Nas padieiras das portas e janelas são utilizadas peças ou troncos de madeira. De salientar que, nas suas execuções, o dono contava com a boa vontade dos vizinhos, isto é, através de “djunta mó”<sup>63</sup>.

Entretanto é de ressaltar que a substituição da palha pela telha obrigou a subir as paredes e a alargar o ângulo das empenas. É que a cobertura de palha justificava o facto da cozinha ser inicialmente separada do edifício dos quartos, criando-se um espaço de comunicação aberto. Para facilitar a circulação entre os dois corpos, a porta do quintal, normalmente na empena, dava para a porta da cozinha e era distinta da porta de fora que era a entrada da casa.

As casas de palha, nunca conheceram reboco, quer no interior como no exterior. Por seu turno, as outras começaram por ser rebocadas apenas no interior com argamassa de barro e cal que foi sendo substituída por outra, mais consistente, feita de cal e areia e mais tarde de areia e cimento.

---

<sup>62</sup> Muitos ainda recordam dos males que passavam nos dias de chuva e vento. Dizem ter visto o vento levantar toda a cobertura e a casa completamente inundada de água.

<sup>63</sup> Termo utilizado em Santiago, sobretudo no interior, significando apoio mutuo entre os vizinhos quando a situação exige.

No interior dessas casas há que destacar, a viga<sup>64</sup> que era quase que obrigatória, e que servia para pendurar as reservas de produção (milho, feijão, tubérculos, etc.), para as próximas cimenteiras, os vestuários (para quem os tivesse) e mais utensílios de casa. Era um espaço aéreo para guardar de tudo um pouco.

A cozinha separada, encostada ou integrada é constituída por um só compartimento rectangular, espaço de preparação e de consumo de alimentos, onde se lava a louça, onde estão os animais e em algum caso se fazia a higiene do corpo<sup>65</sup>.

Estes tipos de construções se encontram em vias de extinção particularmente a primeira, pois como se sabe, a casa não é um elemento estático, ela está sujeita à evolução e transformação devido às mudanças do tempo. Deste modo a de palha, só se encontra no meio da comunidade dos rebelados. A segunda ainda é muito mais visível, sobretudo nas zonas rurais e numa população menos abastada, contudo, muitas delas se encontram abandonadas devido ao êxodo rural e também pela falta de chuva, pois essas construções estão muito ligadas a actividade agro-pecuária.

## **2.2- Habitações Senhoriais**

Os grandes senhores de terras de sequeiro e de regadio, os morgados, são os verdadeiros empreendedores e donos dos sobrados e casas grandes no meio rural de Santa Catarina. Sobrado é considerado, “ pavimento ou soalho de madeira; pavimento superior de uma casa que tem apenas dois deles; ou ainda qualquer casa de dois ou mais pavimentos; Casa do senhor dos engenhos, casa grande.”<sup>66</sup> Este tipo de construção é geralmente campesina, pois têm tudo a ver com este espaço, pela forma como é concebida, para se adaptar às realidades rurais. As plantas são de influência externa – não obstante, algumas delas serem cobertas de palha<sup>67</sup> – uma vez que, os seus proprietários são na maioria indivíduos da metrópole.

---

<sup>64</sup> Uma trave de madeira de coqueiro ou de outra árvore colocada na posição horizontal de um lado a outro da casa.

<sup>65</sup> A higiene do corpo nestes espaços era feita nas ribeiras, fundamentalmente nos vales fluviais, perto das fontes de água ou em levadas de água.

<sup>66</sup> Vide. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa. 2003. Pp. 3551/ 3552.

<sup>67</sup> Conta-se que o morgado das propriedades dos Órgãos foi visitar o das propriedades de Achada falcão. Depois da visita, vendo toda a riqueza, o das propriedades dos Órgãos tivera dito ao outro. Você está muito rico, mas a sua riqueza pode ser destruída com um pau de fósforo.

Em Santa Catarina, mais propriamente dita nas zonas rurais, defronta-se com a existência de várias construções<sup>68</sup> do género espalhados em todas as propriedades dos antigos morgados deste concelho. Umas de apenas um piso, a mais vulgar, assemelhando as casas grandes do Brasil e do Gorée no Senegal, e outras de dois pisos. Mas antes de começar a tratar de forma aprofundada este assunto faremos um breve apanhado sobre as formas de apropriação de terras que vigorou em Cabo Verde até as últimas décadas do século XIX, uma vez que, as duas realidades estão intimamente ligadas – os sobrados são testemunhos vivos da existência do sistema de Morgadio no espaço rural do concelho e em Cabo Verde.

“Durante muito tempo, três formas feudais de atribuição coexistiram nas ilhas e, as duas últimas, que sobreviveram as outras, foram abolidas em 1864.<sup>69</sup> Os morgados que apareceram em Santiago desde o início do século XV tornar-se-ão os verdadeiros senhores de terras. Apoderaram-se de terras aráveis, secas e irrigáveis, dos montados (terras de pasto), dos estábulos, dos moinhos e, por vezes de escravos.<sup>70</sup>

As suas terras foram parceladas e distribuídas aos rendeiros em regime de parceria ou Capelas. Os rendeiros eram maltratados, injuriados e ainda eram obrigados a dar ao proprietário, um terço ou um quarto das colheitas e muitas vezes na época de falta de chuva acabavam por entregar tudo ao morgado ficando de mãos a abanar. Esta situação, nada agradável viria a causar descontentamentos por parte dos lesados, que em algumas fazendas não ficaram calados. “Em 1922 os aldeões de ribeira dos Engenhos (localidade do interior de Santiago) revoltaram contra o autoritarismo do administrador do Morgado de Engenho e do coronel Domingos Ramos. Este era acusado pelos rendeiros de violência e injúria a sua pessoa, na ocasião de pagamento de rendas.”<sup>71</sup>

Devido à mesma situação em “13 de Janeiro de 1841 cerca de 300 rendeiros de Nicolau dos Reis (...) das redondezas de Achada Falcão, proclamaram a recusa de pagamento de renda (...) e marcharam até ao portal da tapada e ali deram vivas por não haver já morgados e porque as terras que tinham cultivado eram suas; armados, uns com facas e

---

<sup>68</sup> Alguns delas ainda em bom estado de conservação servindo até de moradia, e outros só restam morros. Em Achada Falcão, a 2km de Assomada a do Júlio do Reis; em Fundura, a 10km de Assomada a de Tomás Varela; em Chã de Tanque a 5km de Assomada, o sobrado de Nha Susana, em reabilitação; etc. (Ver os anexos)

<sup>69</sup> Andrade, Elisa. As Ilhas de Cabo Verde da «Descoberta» à Independência Nacional (1460-1975). Edição L'Harmattan. 1996. Paris. Pp. 97. Apud. Amaral Ilídio.

<sup>70</sup> ANDRADE, Elisa – op. cit. Pp.96.

<sup>71</sup> Conf. ANDRADE, Elisa. Op. Cit. Pp.115

outros com cacetes (manduco), e numa infernal gritaria, disseram ao proprietário que não pagavam mais rendas.<sup>72</sup>

Os testemunhos desta circunstância são os invejosos sobrados e casas grandes por eles deixados em Cabo Verde, sobretudo nas zonas rurais, que destacaram nos tempos idos, pelo requinte, riqueza, estrutura e modelo da sua construção e as funções desempenhadas. Hoje distinguem ainda pela resistência que têm mostrado com o passar do tempo. Algumas destas edificações foram expropriadas no âmbito da Reforma Agrária ocorrida na década de oitenta e outras ainda se encontram nas mãos dos herdeiros ou de pessoas que às compraram. E quem já palmilhou as zonas rurais do Concelho, tais como, Achada Falcão, Fundura, Achada Braz, Engenhos, Chão de tanque, Achada Lém, Boa Entrada, entre outras, zonas que outrora fora centro dos bastiões do sistema agrário do Concelho, com toda a certeza já constatou “in loco” estas edificações e certamente não ficou indiferente em relação às mesmas.

### **2.2.1-O Sobrado de Telhal dos Engenhos.**

O sobrado do Telhal dos Engenhos<sup>73</sup>, sobre o qual incide a nossa escolha é um dos vários exemplos de sobrados de dois pisos pertencentes aos morgados existentes no Concelho.

**Figura 11: Imagem actual da casa do Telhal. Vista lateral.**



**Fonte: O autor Novembro de 05**

<sup>72</sup> CARREIRA, António. Cabo Verde Formação e Extinção de Uma Sociedade Escravocrata (1460-1878). Mira -Sintra. 1983.pp.364.

<sup>73</sup> Acredita estar relacionado ao facto de ser a única casa na época a conter telhado por aquelas bandas. Segundo os moradores dos Engenhos, mesmo que tivesse condições, ninguém podia ter casa com telhado. Houve quem tivesse enviado telhas de Portugal para substituir a cobertura de palha, mas o morgado foi peremptório sobre tal intento.

Esta edificação pertence à família Serra, foi construída no século XIX, como aliás, se pode ver numa inscrição na vista principal da casa - figura 12. Por lá passaram, várias gerações de morgados sendo último, um tal Sr. Mário. Esta construção fica situada no centro da Ribeira dos Engenhos mais propriamente na zona de Telhal.

**Figura 12: As inscrições expressando o dono do sobrado e data de construção.**



**Fonte: O autor Novembro de 05**

É um sobrado de planta quadrada, de dois pisos, possuindo uma vasta área à volta – zona de cultivo, trapiche, criação de animais. É coberta, toda ela, de telhas de duas águas, feito de alvenaria de pedra e barro, obedecendo uma espessura de setenta centímetros, rebocada de areia e cal. O piso térreo e na alçada principal possui dois quartos – um escritório e uma loja – e duas portas comunicando com os mesmos, ainda nesta compartimento se destaca sino<sup>74</sup> – figura 13 – e três alçapões/armazéns, onde se guardava os produtos, cujo acesso se tem, pela alçada direita através de portas, conforme as dependência supracitados.

**Figura 13: O sino situado na alçada principal do edifício.**



**Fonte: O autor Novembro de 05**

Ainda na alçada principal, há uma porta que dá entrada ao piso de cima através de uma escadaria, que vai até uma varanda em forma de um “L”, conforme se pode constatar na

<sup>74</sup> O sino era utilizado para orientar os trabalhos do engenho e consequentemente toda a população daquelas bandas. Ou seja, tocava-se às 7horas para início da “lida”, às 12horas para o repouso e o almoço, à 1hora, para que os trabalhadores entrassem de novo no trabalho e tocava-se às 16horas para saída.

figura 10, que por sua vez, faz ligação com os três quartos, uma cozinha e uma casa de banho que correspondem ao piso de cima. Ali pode-se ver uma porta para cada quarto e, um total de oito janelas de vidro, distintas umas das outras, distribuídas três no lateral esquerdo, três no parte posterior e uma no lateral esquerdo e mais duas na parte frontal. Este piso faz a ligação ao espaço térreo através de uma escada localizada na alçada direita.

Este edifício já desempenhou funções diversas desde a sua construção até os dias de hoje. Para o nosso conhecimento, a sua primeira função foi, como é óbvio aquela para a qual fora edificada, isto é, era ao mesmo tempo escritório comercial da propriedade do Telhal e moradia do morgado. Há quem diga, que na época era o principal centro administrativo do Concelho, atraindo pessoas de todas as redondezas do concelho, e não só, que faziam ali os seus negócios. Tudo isso, enquanto período colonial, pois que, durante a primeira república, esta habitação albergou uma Agência Administrativo, a Sede do Partido Africano de Independência de Cabo Verde -P.A.I.C.V – a Cooperativa<sup>75</sup> Agrícola, uma mercearia. Ainda havia um centro de criação de várias espécies, tanto animais como vegetais, e era ali, que se encontrava o único trapiche a motor do Concelho. Com a segunda república e, conseqüentemente novas conjunturas, a cooperativa e a sede do partido deixaram de fazer parte do espaço. Apenas a mercearia e o trapiche, continuaram funcionais mas já nos meados da década de 1990, ela foi condenado a abandono total, e hoje algumas salas do primeiro piso funcionam como espaços para a administração de aulas do Ensino Básico Integrado.

Quanto ao estado de conservação é de ressaltar o estado de abandono por que passa, como aliás a figura 11, nos elucida, sem nunca se quer ter sofrido qualquer remodelação, encontrando-se tal e qual fora edificada, concorrendo com a forte pressão dos agentes erosivos, e reclamando um urgente cuidado para o bem do nosso património, da nossa história e do património rural do Concelho.

Este edifício tem despertado muita curiosidade por todos os que por lá passam, mormente os forasteiros, e tem sido objecto de vários artigos. “Resta na Ribeira dos Engenhos, o casarão de outro rico proprietário, que tem na fachada a inscrição do seu nome José Colho Serra, e a data 1897 (...) ocupado actualmente, pela alegria das

---

<sup>75</sup> Cooperativa é “um meio próprio para o nosso povo se libertar da dominação e exploração e se libertar a si próprio combatendo os defeitos e tendências contratárias ao progresso, no sentido de ser mesmo o motor fundamental do desenvolvimento da nossa terra; - As cooperativas de Consumo na Republica de Cabo Verde. V.I I, II e III parte. 1980. Pp.13.

crianças de Ribeira dos Engenhos. Foi transformada em sala de aulas (...)”<sup>76</sup>. Évora José diz “ (...) uma casa, edificada em 1897, em Telhal, a volta da qual girou a vida administrativa dos Engenhos e, consequentemente, muitas histórias poderão ter passado. Infelizmente a mesma que no nosso entender podia ser transformado num Museu Rural, e naturalmente um centro atractivo de turistas, e, de estudiosos que porventura venham estudar a historia rural do concelho Santa Catarina, encontra-se num estado bastante avançado de degradação, diríamos mesmo quase de abandono salvo algumas salas que hoje funcionam como escola daquela localidade.”<sup>77</sup> Casa grande, na propriedade de Telhal, (antigo morgadio), de pedra e barro, reboco de cal e areia telha de duas águas, escada interior e varanda (...)”<sup>78</sup>. “Na propriedade do Telhal havia três trapiches e bois, deles restam apenas vestígios estrutura em cimento ao ar livre existiam doze cobres de ferro com capacidade de cerca de 500 a 600 litros cada um.”<sup>79</sup>

### 3-EDIFICAÇÕES SECULARES

#### 3.1- As condutas de água (Levadas).

*“Na verdade, com o inicio do cultivo da cana sacarina e da produção de açúcar mascavado, novas exigências surgiram e com elas novas levadas destinadas não só à irrigação dessa nova cultura mas também ao funcionamento dos engenhos de produção do dito açúcar e ao fabrico de aguardente.”*

ÉVORA, José. *O património arqueológico cabo-verdiano: situação actual da questão*. In: Centro de Estudos Africanos e Orientais. Africana. Nº24. 2002. Pp.58.

As levadas de água são sistemas de irrigação em que a água é conduzida através dos canais até o espaço irrigável. É um sistema vital para as zonas de vocação agrícola. A sua implementação em Cabo Verde data do século XVI, com o surgimento dos vários engenhos de cultivo da cana sacarina nas zonas rurais vocacionadas para agricultura de regadio. As levadas de água não são exclusivos de Cabo Verde. A ilha da Madeira também é uma grande hospedeira deste sistema de irrigação.<sup>80</sup> Quem costuma viajar

<sup>76</sup> Descoberta, Ribeira dos Engenhos. In. Fragata. Revista de Bordo da T.A.C.V. Nº 2 III – Série. 2005. pp.33, 34

<sup>77</sup> Évora, José. O Património Arqueológico Cabo-Verdiano: Situação Actual de Questão. In. Centros de Estudos Africanos e Orientais. Africana. Nº24. Porto.2002. pp.59.

<sup>78</sup> Colectânea organizada por Maria Adriana Sousa Carvalho. *O Objecto e a Escrita*. I.B.N.L.C.V. Praia 2004.

<sup>79</sup> Descoberta, Ribeira dos Engenhos In. Fragata. Revista de Bordo da T.A.C.V. Nº 2 III – Série. 2005. pp 33. Apud. Francisco Pereira.

<sup>80</sup> In .http. www. pt.wikipedia.org/wiki/lev. Com. acedido a 12-5-06.



com alguma assiduidade nos vales regadios das zonas rurais do concelho de Santa Catarina – ribeiras de Boa Entrada, dos Engenhos, do Tabugal, de Sedeguma, de Furna, Gangenba, de entre outras – certamente já se deparou com essas magnificas construções, que serpenteiam as encostas, acompanhando os recortes dos declives em que as águas atravessam aqui e ali, pequenos túneis e aquedutos, cujos contornos ainda acrescentam mais beleza das mesmas. Falar das levadas de Santa Catarina e de Cabo Verde de uma forma geral, não é tarefa fácil. E não o é, porque fácil não é, também, exprimir com rigor o que elas representam em termos de coragem, do destemor, da determinação e do espírito de sacrifício, que ao longo dos tempos e a partir do século XVI, os construtores destas estritas canais que hoje serpenteiam por toda a ilha, aliaram ao não menos fantástico engenhos com que as idealizaram. Mesmo para o observador menos atento, as levadas do interior de Santa Catarina, à semelhança dos que existem em outras ilhas de vocação agrícola, constituem, indiscutivelmente, um espantoso monumento.

É de salientar que estas levadas foram feitas, no âmbito de um projecto português de nome Brigada Técnica de Estudos de Trabalho Hidráulico – B.T.E.T.H.<sup>81</sup> – brigada esta, cujo registo se encontra nos tanques, nas pias, nas chafarizes, galerias, etc. Confira figura 14 em baixo.

**Figura 14: A inscrição da brigada, numa pia.**



**Fonte: Autor Julho de 06**

---

<sup>81</sup> Este projecto é um dos primeiros do género criada em Cabo Verde e em 1946, com o intuito de melhorar a oferta e a qualidade da água aos povos destas ilhas. Esteve inserida em todos os vales fluviais e até em alguns espaços da vila do concelho trabalhando em projectos de distribuição de água as populações. São responsáveis pelas construções de chafarizes, tanques e levadas água. A sua presença em Cabo Verde é confirmada pelas célebres siglas B.T.E.T.H, que se encontram registadas nas edificações por eles construídos.

Estas levadas de água têm origem em pequenas caldeiras alimentadas por águas caídas das vertentes rochosas, em nascentes de água ou ainda de galerias previamente construídas para as alimentar. As suas construções se deveram directamente das mãos do homem, uma vez que, não se dispunham de meios mecânicos que hoje existem. Assim elas foram levantadas ao longo de terrenos de cultivo ou escavadas na própria rocha. As primeiras eram de terra, mas vendo que se desperdiçava muita água se passou a usar pedra e cal e mais tarde se veio a acrescentar, a areia, o cimento e a porcelana. Na sua construção faz-se o cabouco, cuja profundidade depende do terreno, e de seguida levanta-se a alvenaria de pedra, cuja altura depende também do espaço. O passo subsequente seria a construção da leva propriamente dita, possuindo uma altura de 15cm, a largura de 18cm e a espessura de 8cm<sup>82</sup> e por último fazia-se o reboco no interior e numa parte do exterior. Nos espaços de possível derrubamento de terras, elas são cobertas de laje de pedra e argamassa. A cada sessenta metros de distância faz-se uma interrupção para construir pequenas pias, que admitiam seus cinquenta ou sessenta metros quadrados e que serviam como “filtradoras” de lixo – folhas de árvores, lamas pedrinhas, etc. A maior parte delas é ladeada por caminhos chamados “banquetas” que permitem deslocações seguras a fim de facilitar as suas manutenções.

**Figura 15. Levada de água em Boa Entrada.**



**Fonte: Autor Julho de 06**

Essas pequenas construções tiveram uma importância incalculável para a resolução dos problemas porque passavam as famílias dessas ribeiras, visto que, com as suas implementações, começaram a ter maior espaço de manobra e um novo meio de sustento e de “ganha pão”, através do aumento dos espaços irrigados. Assim, para além da satisfação das necessidades básicas, ainda podiam vender os produtos agrícolas e

---

<sup>82</sup> Essas dimensões não são uniformes, pois há lugares que elas ficam mais profundas e outras mais altas de modo que a água consiga passar sem problemas.

arranjar outros proventos de que precisavam. Ainda, é de salientar que estas levadas de água foram as grandes impulsionadoras do cultivo de cana-de-açúcar neste Concelho e do aumento de área de regadio, pelo melhor aproveitamento de água. Entretanto, a falta de chuva que nas últimas décadas tem assolado o país e consequentemente o concelho, as fontes e as galerias de água ou já secaram, ou já fornecem a mesma quantidade de outrora, o que faz com que, a cada dia que passa, elas deixem de ter aquela importância que tiveram. Deste modo, umas ainda se encontram funcionais outras, ou estão soterradas, ou já não são utilizáveis, e muitas se encontram intactas. Porém, o que talvez, pouca gente conhece e cogita é, o quanto de história está guardado naquelas paredes grossas, soberbas e de fachadas seculares. Contudo, um passeio guiado a essas modestas construções pode representar a oportunidade de conhecer um pouco mais os acontecimentos vividos pelos nossos agricultores assim como a vivência da comunidade rural. É que, elas retratam com fidelidade o “modus vivendi” da comunidade rural e os meios utilizados durante muito tempo para irrigação dos campos de agricultura de regadio.

### **3.1.1-O caso dos Engenhos e da Boa Entrada.**

#### **3.1.1.1- Ribeiras dos Engenhos**

Engenho, como é também conhecido este povoado, é uma das várias aldeias agrícolas do concelho de Santa Catarina, situada a uns 5km da cidade de Assomada. É uma zona bastante apreciada, de vales fluviais, de paisagem de múltiplas características. Nas suas ribeiras se encontram algumas culturas de regadio, que servem não só para o consumo próprio, mas, também para a venda. É ainda conhecida pela famosa revolta de 1922, em que se opuseram e os morgados aos rendeiros. Conta com povoamento disperso e as construções adaptadas as encostas e nos dois extremos do vale, onde podemos encontrar “subzonas”, como Pinha, Telhal, Ribeirão Carriço, Mato Gegê, Chã de Cana, Bombardeiro, etc.

Ali, como em qualquer outro vale agrícola do Concelho depara-se com levadas de água, algumas das quais em funcionamento, outras das quais só restam pistas. As mais significativas destas ribeiras datam-se da década de 1958. Ali se pode identificar a existência de quatro levadas de água. Uma com origem nos recantos da rocha perto de

Ribeirão Carriço, uma outra que se origina numa fonte em Mantábas e de duas com origem numa galeria em Bombardeiro, que possui duas saídas, sendo uma na margem direita e a outra na margem esquerda. Entretanto, vamos debruçar a nossa análise sobre essas duas últimas – as de origem galeria de Bombardeiro – pelas dimensões e importâncias que tiveram. A primeira, e a da margem direita foi principiada no ano de 1958 e terminada dois anos depois, isto é, 1960<sup>83</sup>. Logo de imediato, no mesmo ano começava a da margem esquerda que viria a ser terminada em meados de 1962. A primeira passa por várias zonas e vai até a aldeia de Chão de Tanque, ou seja, percorreu cerca de 5km e 300metros. A outra fazendo o percurso inverso vai até uma zona ainda na ribeira dos engenhos de nome Travessa Baixo, cerca de seus 2km e alguns metros, desde a origem. Na execução destas duas levadas foram mobilizadas apenas mão-de-obra humana, sem contar com qualquer técnica sofisticada de que hoje dispomos. Foram escavadas ribeiras e cortadas rochas e onde não era possível nem uma coisa e nem outra, fizeram aquedutos<sup>84</sup> tudo para fazer chegar água irrigável a várias populações e assim propiciar-lhes uma vida melhor. Elas foram feitas de alvenaria de pedra, e da mistura de areia<sup>85</sup>, cimento, cal e porcelana, suportando ferro de oito milímetros no interior<sup>86</sup>. É de ressaltar, que para a sua execução foram mobilizados trabalhadores de ambos os sexos e que o salário rondava os oito a dezasseis escudos diários de acordo com as várias funções.

Hoje poucas delas se encontram funcionais, outras nem sinais e algumas são usadas só nos momentos das chuvas, quando as nascentes reaparecem, através bombagem de água.

---

<sup>83</sup> Antes desta época existia uma outra levada com origem nas ribeiras de Pinha que ia até a zona de Achada Leite, cerca de 16km, feita de pedra e cal e que irrigava a uma distância de 200m de altura desde o fundo do vale. Entretanto, ninguém dá conta da data da sua construção, apesar de ainda se encontrarem visíveis alguns troços dela durante todo o percurso que fez, causando alguma admiração aos mais jovens, pela altura onde se encontra, muitas vezes não acessível, pela sua dimensão e sua extensão. É de salientar que é vulgar ouvir dizer entre os mais antigos dos engenhos, que ela fora feita pelo demónio. Ainda reza a “estória” daquelas ribeiras que o demónio um dia chateado por alguém com quem contratou não o ter pago, deu nele um coice destruindo-o totalmente.

<sup>84</sup> Um aqueduto é uma ponte que se destina ao transporte de água, nos lugares onde não é possível fazer-lo através de levadas normais.

<sup>85</sup> A grande parte da areia utilizada nesta construção era extraída no local e utilizadas depois “cirandadas”. Sendo a areia de mar utilizada apenas para fazer o acabamento.

<sup>86</sup> De salientar, a dureza das matérias-primas utilizadas nas suas confecções – a areia, o cimento e a porcelana – que passado todo esse tempo ainda continuam resistentes a todos os agentes erosivos.

### **3.1.1.2-Ribeiras de Boa Entrada**

Boa Entrada é uma outra zona agrícola do Concelho, situada no outro extremo do planalto da cidade de Assomada com alguma relevância, a nível do concelho, pois é a principal fornecedora de produtos agrícola do Concelho, dos tempos remotos aos dias de hoje. Esta zona fica a menos de três quilómetros da cidade de Assomada, e é um dos vales mais verdejantes do Concelho, onde apesar de falta da água que tem assolado o país e o concelho nas últimas décadas, continua bastante verde e muito fresco. É uma zona favorita para quem quer gozar de um bom descanso nos fins de semana, respirando um ar de qualidade, desfrutando da presença de várias árvores de fruta, hortas, do famoso pé do poilão e das suas “garças”, do chilrear de pardais. Isto é, contemplar a natureza ainda no seu estado “protótipo”. Ali já foi grande propriedade de morgado, já teve grandes plantações, com o caso de cana-de-açúcar e de cafezais. Hoje conta com uma população dispersa e concentrada nas duas vertentes do vale, sendo as principais comunidades, a de Boa Entrada Caniço e a de Boa Entrada Escola.

É nas ribeiras desta localidade, que encontramos maior extensão de levadas de água, ainda funcionais, do Concelho. É que ali, a água não é o que era. Mas em relação a demais zonas rurais, se encontra em maior quantidade. O que justifica grande extensão de campos de cultura de regadio e de espaço verdejantes.

Ali, como nas outras localidades de tendência agrícola foram construídas as levadas de água que garantem o transporte de água e a irrigação dos campos de cultura de regadio. Neste sítio se pode falar de duas levadas principais e com as mesmas origens – na famosa galeria<sup>87</sup>, que distribui água para as duas, sendo uma na margem direita e a outra na esquerda. A de margem direita, atravessa uma intensa encosta indo até a zona de Poilão, cerca de cinco quilómetros desde a origem, e a outra fazendo as mesmas trajectórias vai até a zona de Monte Cabral, também de distância similar. Essas construções foram iniciadas na mesma época das dos Engenhos, isto é, 1958-conferir a figura 12 anterior – e terminadas em 1962. Elas têm as mesmas características das dos engenhos, pois, foram feitas no âmbito do mesmo projecto, a B.T.E.T.H, e por isso,

---

<sup>87</sup> Esta galeria subterrânea situada no início das ribeiras de Boa Entrada, muito fértil em água possui duas saídas de água. Durante a sua execução morreram trabalhadores e outros ficaram ferido, dividido a um desabamento de terra, e por isso ela fora interrompida. Agora se encontra toda lacrada mas ainda as poucas águas que irrigam grande parte dos campos agrícolas de Boa Entrada, vem de lá.

usadas as mesmas matérias-primas já referidas, e muitas vezes os trabalhares eram os mesmos. Sendo de não deixar de registar, uma diferença mínima que se prende com a construção de mais tanques-Ver anexos-que a certos quilómetros recebe água e asseguram, por seu turno, a distribuição nas levadas seguintes. Uma outra disparidade a constar é o facto delas se encontrarem a setenta por cento funcionais, entretanto, devido a falta de água as pias foram todas cobertas<sup>88</sup>. O mesmo não se pode dizer em relação as dos engenhos

### 3.2-Complexos de aprovisionamento: A bica de Boa Entrada

*“A água é a fonte da vida! Num país como Cabo Verde, onde a chuva é extremamente escassa, as esperanças de sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida dependem do que homem, com a sua criatividade científica, o seu pragmatismo e a sua perseverança, conseguir fazer na procura e na optimização da água. Gerações de cabo-verdianos têm procurado soluções para o grande problema de água, através da criação de estruturas cujos sonhos e missão assentam-se na esperança de tornar a vida mais agradável nestas ilhas áridas...”*

SILVA, Rui. In: *desdobrável da INGRH, Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, 1992/2002.*

De facto ao longo dos tempos várias foram as soluções procuradas pelos cabo-verdianos para resolver a insolvência da água, tanto para o consumo doméstico – por sistemas públicos, os chafarizes e bicas de água – como para as actividades agrícolas – criando poços e furos de água. Não obstante, verificar um grande esforço nos últimos tempos em proporcionar água de rede aos domicílios, nota-se que “há uma franja considerável de população que se abastece através de sistemas tradicionais, sem garantia de continuidade no abastecimento nem controlo da qualidade”.

O concelho de Santa Catarina é um exemplo patente desta realidade. Constata-se no concelho grande quantidade de sistemas de abastecimento de água às populações – Chafarizes, levadas de água, tanques, poços, furos, etc. – sobretudo nas zonas rurais.

Na ribeira de Boa Entrada, onde o acesso à água é relativamente fácil, depara-se com a existência de todos estes tipos de sistemas de abastecimento. Entretanto, de todas elas a que mais cativou a nossa atenção é aquela que é conhecida pelos moradores daquela ribeira e dos seus arredores por “Bica”.

---

<sup>88</sup> Agradecemos o Sr. Belmiro Tavares, vulgo “Mimi” profundamente conhecedor das realidades daquelas ribeiras, pelas valiosas informações disponibilizadas, que sem as quais esta parte do trabalho seria inexequível, uma vez que os dados escritos já não existem.

Este complexo de aprovisionamento de água, encontra-se logo à entrada da Ribeira de Boa Entrada, na margem direita, na zona chamada Bica<sup>89</sup> – centro de distribuição de água potável e de irrigação de todos os campos agrícolas desta ribeira. Feita de pedra, argamassa de cimento e areia -extraídas no local –, este complexo é uma autêntica obra de arte e pouco vulgar no Concelho.

Possui uma área de total de 637.24m<sup>2</sup> e é composto por quatro compartimentos distintos (Ver anexo): Um tanque de reserva de água; uma lavandaria; um bebedouro de animais e três bicas de distribuição de água potável. Todos eles estão servidos por uma galeria de água situada a uns 200 metros em relação ao conjunto e movido por um complexo sistema de abastecimento e escoamento de água.

O tanque de reserva de água foi construído antes dos restantes três, e ainda na época colonial.<sup>90</sup> As restantes composições foram edificadas nos anos 70, mais propriamente dita na Primeira República e vieram a formar o conjunto que a seguir pode ser observado na figura 16.

**Figura 16. Bica de Boa Entrada, imagem actual. Vista da ponta de Nhagar.**



**Fonte: Autor Setembro de 06.**

Este compartimento, o tanque, tem 16,5m de largura, 13,3m de comprimento e 2,4m de altura tem uma escada embebada na parede que dá acesso ao interior, com duas saídas de água que se comunicam directamente com as levadas. Tem uma capacidade de 526,68m<sup>3</sup> de água. De salientar que na época das águas, em que se encontra sempre cheio, atrai pessoas de todos os arredores da Boa Entrada, sobretudo os jovens, que vão lá banhar.

---

<sup>89</sup> Deduz-se que o próprio local que simbolizando o sentido mais amplo a ideia de bica, por existir ali várias fontes de apanha de água, tenha dado nome ao complexo por ser parte integrante da mesma. Esta percepção resulta de no nosso meio a função das nascentes ou fontes de água serem assumidas como bica.

<sup>90</sup> Segundo opiniões recolhidas no local o tanque terá sido construído num primeiro momento, o que nos parece com certa lógica visto que a sua construção viria a resolver problemas da comunidade que seguramente ter-se-á desenvolvido por impulso das actividades de regadio que por sua vez terá criado condições para o desenvolvimento dos núcleos humanos.

No que respeita à lavandaria, ali temos um espaço aberto de 208,26m<sup>2</sup>, com duas entradas 29 pias depostas em forma de “U”. O compartimento denominado bica, reservado a distribuição de água para consumo doméstico, possui um espaço aberto de 1m<sup>2</sup>, onde a água é servida por três saídas, através de um tubo metálico com 30cm de diâmetro e 30 cm afastados da parede. Dessas saídas verte água de forma contínua, pois não possui nenhuma torneira, e conta com um sistema de escoamento através de um pequeno canal que vai até desembocar no tanque. Por sua vez o bebedouro é constituído por um espaço rectangular de 4,7m de largura e 7,4m de comprimento. A água é disponibilizada de forma permanente, por uma bica e cai num pequeno tanque rectangular com 50cm de altura, 65 de largura e 7,4 de comprimento. É neste espaço que os animais bebem.

Uma particularidade constatada em relação aos demais espaços do género existentes no Concelho é o facto de, ali nunca se vender a água para o consumo alimentar e hoje nem para as restantes necessidades.

Outrora este complexo encerrava uma grande importância para a comunidade, pois, era grande a sua procura, por parte das populações dos arredores nomeadamente de Gil Bispo, Nhagar e até, as pessoas de Assomada, sobretudo nos momentos de carência de água nestas localidades e conseguia satisfazer sem dificuldade estas demandas. A sua importância bem como a sua procura é hoje cada vez menos, mesmo em se tratando dos moradores da Boa Entrada, pois, grande número de casas desta localidade já possui água canalizada e por outro lado, nos tempos de hoje, há menos animais nesta Ribeira, que como se sabe eram dos seus grandes frequentadores.

Ainda não podíamos deixar de acentuar que o tipo de espaço como este também tem outra finalidade para a comunidade, ainda que não assumida de forma aberta. É que, sítios do tipo são autênticos recintos de reunião de confraternização e de relações sociais. Funcionam como centro de encontro de vária ordem, isto é, os “fla fla”, as conquistas e namoros são feitas ali, assim como arranjo de casamentos, brigas familiares, confissão de segredos, de entre outras.

Nunca conheceu qualquer remodelação de fundo, a não ser um atulho ali e acolá, o que faz com que se encontra aos pedaços, perdendo toda a sua estética e transmitindo um estado lastimável e deplorável, em todo o conjunto, mas com maior incidência no compartimento destinado a lavandaria, em que a água, depois de ser utilizada, fica encalhada no espaço aberto devido a um problema de escoamento. Situação esta,



perigosa tanto para a saúde pública das pessoas que a frequenta, como, para o seu estado de conservação. Ver a figura 17 em baixo.

**Figura 17: A lavandaria.**



**Fonte: Autor Agosto de 06.**

De acentuar, que esta situação, poderá ser resolvida com alguma força de vontade da própria população daquela localidade.<sup>91</sup>

Entretanto, queríamos chamar a atenção das autoridades e da população desta ribeira para a importância do seu restauro e da sua conservação para o bem da memória colectiva daquela ribeira no sentido de poder servir de legado às gerações vindouras.

### **3.3- A Ponte.**

*“A história das pontes remonta antiguidade,  
pois desde sempre o homem teve a necessidade de,  
nas suas deslocações, transpor acidentes geográficos”.*

*Prof. REIS. A..J. Instituto Superior Técnico. Lisboa. 2002.pp.8*

“Ponte é toda estrutura que transpõe um espaço em que o obstáculo predominante é constituído por água e cuja função é dar passagem a pessoas, veículos, materiais, condutas, ou redes de qualquer natureza”<sup>92</sup>.

Na construção de pontes há um conjunto de elementos imprescindíveis, com os pilares, as vigas, as abobadas, os arcos, etc. Os arcos<sup>93</sup> foram usados pela primeira vez no Império Romano, para a construção de pontes e aqueduto, alguns dos quais, ainda hoje, se mantêm de pé. Os romanos foram também os primeiros a usar o cimento, o que

<sup>91</sup> Aliás na opinião de um dos nossos entrevistados em tempos idos, quando havia um maior sentido de colectividade naquela ribeira, esta situação era resolvida em poucos tempos pelos seus próprios homens.

<sup>92</sup> In Enciclopédia Verbo, Luso-brasileiro de Cultura. Edição Século XXI. Editora Verbo, Lisboa, São Paulo. 2002. Pp.251.

<sup>93</sup> O termo arco, do latim “arcus”, designa um elemento construtivo em curva, geralmente em alvenaria, que emoldura a parte superior de um vão (abertura, passagem) ou reentrância suportando o peso vertical do muro em que se encontra.

reduziu a variação da força que a pedra natural oferecia. Pontes de argamassa foram construídas após a era Romana, à medida que se ia abandonando a tecnologia do cimento. Ainda foi em Roma que foram construídas as mais antigas pontes de pedra empregando a técnica dos arcos aprendida com os etruscos. E de entre estas aponta-se três das mais antigas ainda hoje servindo a população de Roma: Ponte Fabrício (62 A.C.), ponte São Ângelo (134 D.C.) e a ponte de Cestio (365 D.C.).<sup>94</sup> Ainda segundo este site, as primeiras pontes de que há notícia eram travessias feitas de troncos de árvores ou pranchas e eventualmente de pedras, usando suportes muito simples e traves mestras.

“Estas pontes foram erigidas, primeiro pelos egípcios no antigo Egipto num dos afluentes do Nilo e de seguida pelos romanos sobre o Tibre, sobre o Reno e Danúbio. Ainda durante a Idade Média a madeira foi muito utilizada nesta construção. Até 1500 d.C. as pontes existentes em Paris eram de madeira. Todas as pontes dos caminhos de ferros dos E.U.A foram igualmente construídas de madeira, e algumas só vieram a ser substituídas em 1960. Entretanto a sua curta durabilidade, resultante da grande sensibilidade ao apodrecimento e ao fogo, a sua utilização é hoje muito raro.”<sup>95</sup>

“A madeira viria a ser substituída por um outro material de maior durabilidade e mais resistente aos esforços de flexão e à compressão, a pedra, que por sua vez seria substituída mais tarde, pelo ferro com o advento da Revolução Industrial, no século XIX. Mas este por seu turno, não possuía a força de tensão suficiente para suportar grandes cargas. Por isso, hoje em dia as grandes pontes são construídas de aço, visto que, este possui uma maior força de tensão”.<sup>96</sup>

Em Cabo Verde, sobretudo na ilha de Santiago devido as condições naturais e geográficas – vales, ribeiras, montanhas – a construção de pontes tornou-se em algumas circunstâncias indispensáveis, caso contrário a ligação e o acesso entre as várias regiões tornava-se impraticável. É deste modo, que no decorrer dos tempos várias foram as pontes construídas para cobrir esta demanda. Mas a pedra continua a ser o material de excelência na construção das mesmas, devido às suas diminutas dimensões em relação

---

<sup>94</sup>In.[http:// pt.wikipedia.org/wiki/ ponte](http://pt.wikipedia.org/wiki/ponte). Acedido a 16. 05.06

<sup>95</sup> Informações extraídas da Enciclopédia. Op. Cit. Pp.252 e 253.

<sup>96</sup>In. <http://www.imetais.com/>. Acedido a 16. 05.06.

as de países ricos e também a sua grande acessibilidade em Cabo Verde. No entanto, mesmo assim, alguns feitos nos últimos tempos são de betão armado.

### **3.3.1- A Ponte Lopi**

De todas as pontes edificadas na ilha de Santiago, a que mais salta às vistas é a que foi edificada na localidade de Chã de Tanque – Ponte Lopi – devido à sua grande envergadura, sua robustez, sua extensão, sua estética. É uma verdadeira obra de arte que justifica o sentimento de admiração e serenidade que suscita nos observadores, de uma maneira geral os forasteiros. Esta ponte localiza-se no vale dos engenhos, mais precisamente na entrada da zona de Chã de Tanque, uma das áreas rurais do Concelho de Santa Catarina. O seu nome deve-se ao então chefe de obras públicas no Concelho de Santa Catarina, um português conhecido por Sr. Lopes. A sua construção se deveu à necessidade de se fazer a ligação segura entre as várias zonas rurais adjacentes, e à própria vila, hoje cidade de Assomada, às zonas importantes como Chã de Tanque, Mato Sanches, Rincão, Palha Carga, etc., que anteriormente se fazia através das ribeiras, o que acarretava várias desvantagens, principalmente na época das chuvas, quando aquelas zonas se tornavam impenetráveis.

O início da sua construção foi o ano de 1970, e teve o seu término seis anos mais tarde, ou seja, em 1976<sup>97</sup>. Os seus 22 metros de tabuleiro, 11,50 de largura e 13,50 de altura fazem dele, a maior ponte construída até hoje em Santiago.

#### **Figura 18: Ponte Lopi**



**Fonte: O autor Maio de 06**

---

<sup>97</sup> Deve-se esclarecer que a conclusão desta obra coincidiu com a Independência Nacional de Cabo Verde, acontecimento que viria a interromper por alguns anos a sua conclusão definitiva e a consequente inauguração, isto é, faltou o calçamento da via de penetração, algo que vinha a acontecer com a ligação da estrada Assomada / Achada Ponta, via Achada Galego, que aconteceu nos finais da década de 1980, mais propriamente dita em 1989, data da inauguração desta estrada.

A sua construção foi feita de forma intensiva e mobilizou cerca de um milhar de pessoas, entre homens e mulheres, cujo salário rondava os 15 e 25 escudos, de acordo com as funções de cada trabalhador. Conforme o nosso entrevistado<sup>98</sup>, a ponte gastava cerca de 150 sacos de cimento por dia e no total deve ter gasto mais 7000 sacos de cimento.

Para a sua execução foram utilizadas materiais disponíveis na própria localidade, como pedra, areia extraída na ribeira, utilizadas depois de “depuradas” à ciranda. O único material externo e que não se podia obter localmente era o cimento.

Tem uma fundação de 4 metros, toda feita de pedra, de onde origina três pilares de alvenaria de pedra trabalhadas nas faces e interligadas com quatro arcos, em que cada um, contem um vão de 6 metros, e uma flecha de 8,4 m, sendo estes separados entre si por pilares de 3,10 metros. O seu tabuleiro apoiado sobre o terreno, de vinte e dois metros, em laje de pedra e argamassa de cimento, do qual conta-se com um passeio em betonilha de 1,10 metros, um guarda corpos de pilares de betão ligados entre si por tubos de ferro de vinte centímetros de diâmetros, uma pavimentação em paralelos com duas faixas de rodagem, sem separadores e sem guarda rodas. Ainda possui uma passagem em forma de arco, com 6,30 metros de vão e 8,40 de flecha, para veículos que vão em direcção a Engenho a dentro e à Palha Carga. Na parte externa é Rebocada de argamassa de cimento.<sup>99</sup>

Segundo o Prof. A. J. REIS, uma ponte pode ser classificada de seguinte forma: quanto o seu destino, quanto ao período de utilização, quanto ao material utilizado e ainda quanto ao sistema estrutural.<sup>100</sup> Assim sendo, e seguindo essa classificação, a Ponte Lopi é uma ponte rodoviária, definitiva, de alvenaria de pedra natural e em arcos.

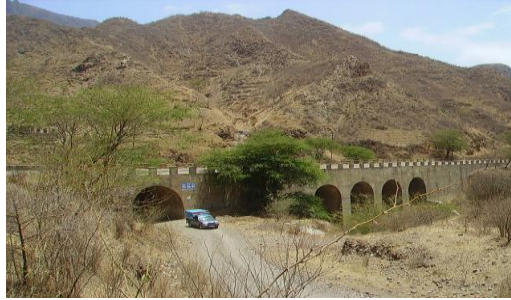
---

<sup>98</sup> Virgílio Tavares, mestre pedreiro nesta ponte no momento da sua execução e um grande conhecedor das realidades daquelas bandas. Obrigado pela sua valiosa contribuição.

<sup>99</sup> Voltamos a agradecer, uma vez mais, o engenheiro Nuno pelos apoios prestados nesta parte do trabalho.

<sup>100</sup> REIS, A. J.: Folhas da Disciplina de Pontes. Instituto Superior Técnico. Lisboa. 2002. pp.4 e 5.

**Figura 19: A passagem para Palha Carga e Engenhos**



**Fonte: Autor Maio de 06.**

Quanto ao estado de conservação, esta edificação se encontra ainda numa boa situação, não obstante algumas fissuras, que num sítio ou outro são visíveis. Entretanto, passado os trinta anos após a sua edificação, é aconselhável, pensar na sua manutenção e restauração, uma vez que passam diariamente por ela dezenas de vidas humanas. E a sua manutenção seria uma de formas a garantir a segurança dessas pessoas, que por ela passam.

## CAPITULO III

### 1-A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL: ALGUMAS REFLEXÕES

*“O património não é só o legado que é herdado, mas o legado que, através de uma selecção consciente, um grupo significativo da população deseja legar ao futuro(...)a noção de património surge “quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos identifica como seus um objecto ou um conjunto de objectos”*

*<http://www.aguaforte.com/antropologia>.*

O património rural (...) “reveste-se de uma importância concreta em termos histórico-cultural, na medida em que representa os cenários de toda uma vivência individual e colectiva das populações residentes. A sua preservação e valorização são, neste sentido, fundamentais para que se mantenha viva a memória colectiva, contribuindo para a reconstituição da identidade dessas populações.”<sup>101</sup>

---

<sup>101</sup> MARTINHO, Maria João. In Exposição – Memória de Pedra e Cal – Câmara de Vila Franca de Xira – 2001. Pp.63.

No seguimento do que ficou assente no parágrafo acima, achamos que a atribuição de valor patrimonial seja o que for dá-nos a ideia de algo de muito interesse que se encontra em ameaça.

Perante este facto, somos da mesma opinião de João Lopes Filho, quando ele afirma que, “torna-se imperioso avançar com uma campanha visando despertar o interesse da colectividade e sensibilizar a nossa gente quanto a utilidade da preservação dos patrimónios histórico-culturais.”<sup>102</sup> Nesta ordem de ideias, sugere este estudioso, que as acções devem contar com prévia elaboração de documentários descritivos e fotográficos que além de classificarem exaustivamente tudo quanto resta, reúnam, também, outros elementos artístico referentes às paisagens sócio-culturais que, embora já desaparecidos possam constituir peças válidas para o estudo do passado. Ele ainda é da opinião de que, a este tão completo tanto possível repositório histórico-cultural seria dada ampla divulgação, tanto através dos órgãos de comunicação social como junto das escolas, associações recreativas e culturais, etc. E isto, pressupõe nos dizeres do mesmo autor, uma tomada urgente de decisões que vão de encontro à sua inventariação, restauração e preservação.

Ao nosso ver, esta decisão é de direito e dever cívico<sup>103</sup> e deverá envolver toda a população, organizações não governamentais, escolas, igrejas, governo, etc. Sobre esta assunto a lei nº 102/III/90 é bem clara. Isto é, no seu artigo 4º e 6º, atribui tais obrigações ao Estado e às autarquias locais e no seu artigo 7º atribui funções às populações<sup>104</sup>. No nosso entendimento, o primeiro passo tem que ser dado pelo poder político, através das autoridades responsáveis pela área, de modo a haver uma “sensibilização baseada numa correcta informação dos fins em vista, procurando motivar as populações para colaborarem na dinamização dos valores das localidades onde residem e, também, esclarecê-las acerca do verdadeiro conceito de património cultural”<sup>105</sup>. Entretanto, esta sensibilização não deve ser um trabalho apenas de gabinete e imposta às comunidades. O governo deve, fomentar a criação de associações de protecção de património, na própria comunidade rural, concedendo-lhes financiamentos, espaços e formação, e estes por sua vez, encarregar-se-ão de contribuir com a sua parte sensibilizando os demais elementos da comunidade, isto é, os vizinhos, amigos, etc.

---

<sup>102</sup> LOPES, João Filho. Defesa do Património Sócio-Cultural de Cabo Verde. Lisboa.1985.pp163.

<sup>103</sup> É direito e dever de todos os cidadãos preservar, defender e valorizar o património cultural cabo-verdiano. In Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Artigo 5º lei nº 102/III/90. Pp.14.

<sup>104</sup> Cfr. Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Nº52-29 Dezembro de 90. Pp14.

<sup>105</sup> Cf. LOPES, João Filho. Defesa do Património Sócio-Cultural de Cabo Verde. Lisboa.1985.pp101.

nesta imprescindível tarefa, que é a defesa das nossas raízes. Mas o papel do governo não deve parar por aqui. É que para haver património é necessário que haja algo em que a população veja nele algum significado e seja considerado digno desse nome. Isto é, deve haver um trabalho de fundo, no âmbito de inventariação, restauração e divulgação, com o intuito de esclarecer a população sobre a relação entre o objecto em causa e o seu passado. Nesta ordem de pensamento, achamos que o estado não só deve fazer um levantamento dos patrimónios rurais existentes, divulgá-los nas suas comunidades como também promover as suas reabilitações. Achamos que “nesta matéria torna-se importante conhecer os comportamentos dos materiais antigos e as técnicas adaptadas na recuperação patrimonial das fontes históricas, bem como, técnicos qualificados para a sua execução, de forma a não correr o risco de fazer uma reforma em vez de restauro<sup>106</sup>.

Pelo exposto impõe a seguinte questão: Será que não se pode tirar outro proveito da conservação destas edificações rurais, para além do benefício simbólico?

Com trabalho desta natureza, visando não só evidenciar o valor simbólico dos bens patrimoniais mas também reabilitação e assim mudar a imagem do espaço rural, isto é, uma imagem atractiva do local, elevando assim a auto-estima da sua população, promover a área e dar mais oportunidades de posto de trabalho e de ocupação útil dos tempos livres, explorar as potencialidades locais de negócios, maximizar as infra-estruturas, promover eventos efémeros e de grande apelo comercial. Assim esses espaços podem integrar roteiros culturais que podem ter valor para o desenvolvimento de turismo.<sup>107</sup>

Com o parágrafo acima quisemos evidenciar que uma tomada de consciência quanto a importância do património rural pode resolver muitos problemas e de uma vez só e com carácter de durabilidade. Senão vejamos. A reabilitação da casa de Telhal dos Engenhos<sup>108</sup>, por exemplo, podia transformá-la num espaço de lazer e de ocupação dos tempos livres dos jovens que ali podiam apresentar eventos culturais, tais como, peças

---

<sup>106</sup> Aqui queríamos chamar atenção por alguns casos que se tem constatado, em que se “trocam materiais antigos por modernos, fecham-se portas originais e abrem-se outras onde nunca houveram; as fachadas ganham toldos, alpendres e pinturas coloridas e acesso pelo andar térreo. Escadas de madeira são substituídas por outras de alvenaria e metal. Antigas pinturas murais são irremediavelmente raspadas. Altera-se a volumetria original.”

<sup>107</sup> Um tipo de actividade geradora de rendimento que pode possibilitar um desenvolvimento sustentado das comunidades e das respectivas populações.

<sup>108</sup> Reestruturar o edifício bem como, recuperar os vários cenários existentes na época da sua construção. E deste modo proporcionar aos visitantes viajarem ao passado.



de teatros, exposição e venda de trabalhos artísticos, reportarem sobre a história dos engenhos e da região com o uso da multimédia. Tudo isso faria com que este espaço fosse uma atracção natural de pessoas de outras localidades através de intercâmbios culturais. Criava deste modo, mais alguns postos de trabalho, para além proporcionar à comunidade a oportunidade de vender seus produtos agrícolas com maior facilidade e no local.

De realçar, que nos últimos tempos, o governo tem investido muito na formação de jovens a nível de animação, na qualidade de atendimento ao cliente e muitos outros ramos de atendimento público, através dos Centros de Empregos e de Formação Profissional espalhados pelo país bem como de Direcção Geral de Alfabetização Educação de Adultos. Mas pergunta-se, de que servirá investir nessas capacidades e qualidades, se não se cria situações onde estes jovens possam aplicar os seus conhecimentos?

Devemos dizer que os primeiros passos para reconhecimento daquilo que é a memória do povo começaram a ser dados em Maio d 1975 com a criação da Comissão de Investigação e Divulgação Cultural<sup>109</sup>, cujas competências que se encontram no artigo 2º, alínea (a), eram nomeadamente a de Inventariar o Património Cultural de Cabo Verde, alínea (b), divulgar os resultados conseguidos (...) com o objectivo de permitir que as Massa Populares fossem uma parte viva e actuante nas tarefas que se pretende levar a cabo. E mais tarde com a criação de Instituto de Nacional de Promoção da Cultura-I.N.P.C<sup>110</sup>, cujo objectivo era promover a defesa e a consolidação da identidade cultural nacional, a preservação, a valorização e a divulgação do património histórico e cultural de Cabo Verde, dinamizando e desenvolvendo actividades culturais, fomentando e apoiando todas as manifestações do espírito criador do povo Cabo-verdiano.<sup>111</sup> De entre as suas várias atribuições, destaca-se a de promover e coordenar em colaboração com os serviços competentes, a salvaguarda, a recuperação e a classificação dos bens móveis e imóveis com valor histórico-cultural e a consolidação dos vestígios de interesse histórico.<sup>112</sup> Como se pode ver as bases foram lançadas há muito tempo, o que falta é a transformação de frases em acção. Sobre tal, como alerta o

---

<sup>109</sup> Cf. Boletim Oficial da República de Cabo Verde de 24 Maio de 1975. Decreto-lei nº45/75 Artigo 1º. Pp320.

<sup>110</sup> Cfr. Boletim Oficial da República de Cabo Verde de 24 Maio de 1975. Decreto nº99-A/90. Artigo 1ºpp.30.

<sup>111</sup> Cfr. Id, ibid. Artigo 4º.

<sup>112</sup> Cfr. Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Op. cit. Artigo 5ºatribuições.pp.31

Professor Lopes Filho, e que passamos a citar “*na verdade, se as palavras apelam para a consciência, só as acções (que escasseiam ou tardam) podem eficazmente salvar esses valores culturais. A deterioração e as pilhagens continuam a ser mais eficazes que as intervenções...*”

No nosso ponto de vista, uma das instituições, cuja parceria é impreterível é a Escola. Esta instituição de ensino tem um vínculo muito forte com a sociedade onde se insere, e principalmente no meio das crianças e os jovens<sup>113</sup>. Mas como deverá ser a actuação deste estabelecimento de ensino? Pensamos à semelhança do Professor Lopes Filho que a influência tem de vir de cima para baixo. Isto é, caberá em primeiro lugar ao Ministério criar mecanismos para o ensino da nossa cultura, através de “programas específicas abrangendo todos os graus de ensino<sup>114</sup>. Faltam no entanto uma aposta forte na formação de professores proporcionando-lhes bagagens suficientes de modo a fazerem chegar a ideia aos seus alunos. Sobre este aspecto uma metodologia adequada seria por exemplo: Fazer visitas de estudo a própria zona rural<sup>115</sup>, para ali constatar “in loco” a vivência dos seus antepassados; dialogar com pessoas mais velhas que vivenciaram os factos; etc. Assim criar neles o carácter de pesquisa de saber ouvir. O professor ainda pode encomendar trabalhos relacionados com temas de modo que os próprios alunos tenham de fazer pesquisas na própria localidade e de seguida atribuindo incentivos a melhor trabalho, fazendo palestras sobre o tema, de modo a fomentar nos jovens o espírito de defesa das suas raízes.

E quanto às edificações tradicionais, que solução?

As casas não são elementos estáticos, elas estão sujeita à evolução e transformação devido a vários factores, tanto internos como externos. Em Cabo Verde, sobretudo as zonas rurais, a partir da década de 1990 os materiais tradicionais de construção, começaram a ser substituídos por outros de carácter moderno, como o bloco, o ferro, o vidro, a madeira, a tinta, etc. Estas mudanças provocaram, transformações a nível das formas, plantas e das proporções das casas.

---

<sup>113</sup> Acreditamos que as acções de protecção e divulgação devem centrar com maior incidência nesta camada social.

<sup>114</sup> Efectivamente ao currículo escolar do Ensino secundário em Cabo Verde veio a ser acrescentado uma Disciplina de Cultura Cabo-verdiana, cujo objectivo de entre outros visam o conhecimento do passado e da nossa identidade.

<sup>115</sup> Não somos contra às visitas que se têm feitas à cidade velha, concordamos aliás, que é uma forma de fazer com que os jovens entrem em contacto directo com berço da identidade nacional. Mas há que dar atenção a outras realidades também importantes para o conhecimento das nossas raízes, e muito mais próximas dos alunos.

Posto isto, não é difícil depreender que as pessoas quisessem aderir a nova moda. Uma vez que maior conforto e mais comodidade é tudo que sempre o homem quis ter. Assim, as pessoas que tinham casas de alvenaria de pedra e coberta de palha com quartos unipessoais substituem-nas, por casas de alvenaria de blocos de cimento, com vários quartos, bem como, vários pisos.

Qual seria a actuação do governo<sup>116</sup> neste sentido? Pensamos que o poder público, quer seja nacional, quer seja municipal deve apoiar programas que visam preservar os seus aspectos mais originais e reabilitá-los na perspectiva do turismo rural de habitação. Ou seja, tais edifícios quando em estado de abandono, e não só, podem em articulação com os seus donos ser conservados de modo a satisfazer as necessidades de ocupação de tempos livres das pessoas que se deslocam da cidade ao campo, onde os visitantes poderiam vivenciar as mesmas situações experimentadas pelos antepassados que anteriormente fizeram o uso deste espaços. Isto é, usando a cozinha de modo tradicional, confeccionando alimento com base na dieta e produtos da época, alojando-se em condições semelhantes, etc. Para tal, localmente deve haver uma organização da comunidade e de pessoas interessadas visando criar condições básicas para que a habitação tradicional possa ter este tipo de utilidade.

Essencialmente será dizer que na mesma perspectiva pode a habitação tradicional ser utilizado para fins hoteleiros ou na qualidade de casas de campo de pessoas interessadas em manter os traços essenciais destes edifícios, introduzindo, contudo, comodidades maiores consentâneas com os nossos tempos.

---

<sup>116</sup> Quando falamos de governo, não estamos a isentar os outros parceiros – escolas, associações, a comunidade em geral e principalmente o poder local – mas achamos que o primeiro passo deverá ser dado por ele.

## CONCLUSÃO

Em jeito de recapitulação importa recordar que o presente tema está esboçado em três capítulos. No primeiro, fizemos um enquadramento do tema onde, com uma abordagem teórica da questão relacionada com o património rural. De seguida fizemos uma súmula sobre o sistema de expropriação de terra que se vigou em Cabo Verde a partir do século XVI. Mas antes disto fizemos um breve enquadramento do espaço rural de Santa Catarina, falando da sua formação. Ainda neste capítulo referimo-nos a alguns problemas que o espaço rural tem experimentado sobretudo nos tempos mais remotos. Apresentamos alguns pareceres de autores como René Rémond, António Carreira e Cláudio Furtado.

No segundo capítulo que constitui o cerne da questão, sob o título “Exemplares de património rural de Santa Catarina” fizemos um estudo sobre as edificações seleccionadas, e que recordamos: Edificações Religiosas (Igreja de Santa Catarina e a Capela de Nossa Senhora da Graça); obras de cariz secular tais como: Pontes, destacando a Ponte Lopi em Chã de Tanque, Levadas de Água, destacando zonas dos Engenhos e da Boa Entrada; Os edifícios particulares, com realce para, Casa de Telhal nos engenhos e uma variedade de habitações tradicionais concebidas como casas de palhas e de telhas ou de fibrocimento.

No terceiro e último capítulo, sob o tema “A preservação do património rural: Algumas reflexões”, ali o que fizemos foi, como aliás o título diz, uma reflexão sobre a situação do património rural de Santa Catarina e não só. Isto é, neste capítulo, a nossa preocupação baseou-se substancialmente, na chamada de atenção às autoridades pela importância do levantamento, restauro e conservação de património rural do Concelho, como um fundamento da nossa identidade. Ainda deixamos alguma exortação para o

bem do património rural de Santa Catarina. Recordamos ainda que neste capítulo a bibliografia base foi a obra de João Lopes Filho e os Boletins Oficiais de Governo de Cabo Verde sobre a lei de protecção de património cultural.

Com tratamento deste tema verificamos que a construção do espaço rural de Santa Catarina está muito ligado ao sistema de apropriação de terras em Cabo Verde.

Ainda demonstramos que espaço rural tem conhecido nos últimos tempos transformações diversas transformações essas, que trouxeram consigo as novas técnicas, que por sua vez vieram quebrar os laços afectivos que os camponeses tinham com a terra e muitos dos laços comunitários baseados na necessidade de entreajuda. Que em muitos destes meios, a terra deixou de ter a tradicional função, a de transição entre gerações, para se transformar, enquanto recurso imobiliário numa fonte imediata de rendimento.

Pudemos ainda ao longo do trabalho depurar que, o mundo rural tem enfrentado consternações de vária ordem, nas últimas décadas, que têm contribuído para a sua derrocada tanto em termos económico, demográfico e principalmente a da sua memória colectiva. O êxodo da sua população, e consequentemente a diminuição e o envelhecimento populacional; a insolvência dos modos agrícolas tradicionais; a falta de emprego; a concorrência com os produtos agrícolas importados e consequente dificuldade de colocar nos circuitos comerciais os seus produtos, são outros dos imensos problemas que este espaço tem comportado.

E que por outro lado, por tudo que ficou esboçado neste trabalho parece, não haver dúvidas de que o espaço rural do concelho de Santa Catarina possui, uma grande potencialidade em termos de património edificado, mas é também uma evidencia que esses bens não são reconhecidos pelo valor patrimonial que têm a ponto de as autoridades se manterem indiferentes face à possibilidade de um aproveitamento das edificações com interesses histórico-cultural.

Em Santa Catarina, as zonas rurais são os grandes centros detentores do património cultural e edificado no concelho. E com isso, quem quer conhecer as verdadeiras raízes dos santacatarinenses deve percorrer os seus espaços rurais e analisar aprofundadamente as diferentes construções pois estes são os efectivos interlocutores entre o presente e a vivência do passado. A necessidade de inventariação e urgente intervenção visando a

reabilitação torna-se uma realidade, para o bem da nossa cultura, nossa memória colectiva, bem como nosso orgulho sendo homem de cultura.

Por outro lado verifica-se que uma inventariação, reabilitação e uma posterior divulgação desta nossa memória colectiva poderá constituir uma fonte de recursos económicos para o concelho, uma forma de elevar a estima da sua respectiva população e proporcionar uma imagem atractiva do local como espaço de lazer e desenvolvimento cultural.

Ao longo deste trabalho procuramos demonstrar que o património edificado no meio rural de Santa Catarina que está sujeito a diversas interpretações, no quadro do seu valor simbólico, pode ser objecto de investigação, o que ficou expresso com o estudo ora findo. Pensamos ter tido alguma relevância as nossas reflexões. Contudo, consideramos apenas ter dado um contributo para futuras investigações nessa matéria que não foi seguramente esgotada.

## **BIBLIOGRAFIAS**

- AMARAL, Ilídio. Santiago de Cabo Verde. A terra e os Homens. Lisboa. Junta de Investigação do Ultramar. 1964.
- ANDRADE, Elisa Silva. As Ilhas de Cabo Verde Da “Descoberta à Independência Nacional (1460-1975). Paris. L. Harmattan.1996.
- CARREIRA, António. Cabo Verde Formação e Extinção de Uma Sociedade Escravocrata (1460-1878). 1983. 2ª Edição.
- FILHO, João Lopes. Defesa do Património Sócio-Cultural. Lisboa. Ulmeiro. 1985.
- FILHO, João Lopes. Introdução à Cultura Cabo-Verdiana. Praia.2003.
- FILHO, João Lopes. Subsídios Para um levantamento Cultural.
- LUCIE-SMITH, Edward, Dicionário de Termos de Arte. Dom Quixote. Dezembro de 1990.
- TUFFELLE, Nicole. A Arte do Século XIX (1848 – 1905). Lisboa. Edições 70. 2000.
- UPJOHN, M. Everard e Outros. História Mundial da Arte. Vol.1. Lisboa. Livraria Bertrand.1979.
- Silva, João Pereira. A Reforma das Estruturas Agrárias de Cabo Verde. Gabinete de Reforma Agrária. S.d.
- ROBERTS, J. M. Breves Historias do Mundo. V. I Das Origens ao Mediterrâneo Clássico. Lisboa. Presença. 1996.
- AA. VV. Historia Geral de Cabo Verde. V.II.2º edição Lisboa/Paria. 2001.
- RÉMOND, René. (1994) Introdução à Historia do Nosso Tempo do Antigo Regime aos Nossos Dias. Lisboa Gradiva.2003.
- FURTADO, Cláudio Alves. A transformação Das Estruturas Agrárias Numa Sociedade em Mudança – Santiago, Cabo Verde. ICL. Praia. 1993.

### **Outros Documentos:**

- As Cooperativas de Consumo na Republica de Cabo Verde. V. 1. I, II e III parte.1980.
- Boletim da Diocese de Cabo Verde. Ano 7 nº18. Novembro/ Dezembro. 1986/87.

- Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Nº 24. De 24 Maio de 1975, I Série.
- Boletim Oficial da República de Cabo Verde. Nº 52. De 29 Dezembro de 1990, I Série.
- Centro de Estudos Africanos e Oriente. Africana Nº24. Porto. 2002.
- Desdobrável da INGRH, Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, 1992/2002.
- Revista de Bordo da T.A.C.V – Fragata. Nº 2 III – Série. 2005.
- O que é: A Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. UNESCO – Departamento de Informação do Público.7 – Place de Fontenoy, 75700 Paris.
- Província Ultramarina de Cabo Verde. Diocese de Cabo Verde. Relatório das Missões Católicas Referentes ao Ano de 1955. Minerva de Cabo Verde. Praia.s.d.
- Santa Catarina. Diagnostico da Situação Socio-económica. Impresso.2000
- REIS, A. J. Folhas da Disciplina de Ponte. Lisboa. Instituto Superior Técnico. 2002.

#### Site

**Http://www.google. com:**

- <http://pt.wikipedia.org/wiki/>
- <http://www.imetais.com/>
- <Http://inventario.incultura.pt/lajes/glossario.htmail>.
- <http://www.comamor.com.br>.
- <http://www.aguaforte.com/antropologia>.
- <http://www.naya.org>.



## **ANEXOS**